



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL**



**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

**BRASÍLIA-DF  
MARÇO/2013**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 119 e 121/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 133/2013).

**Unidade Consolidada:** Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal – FUNAPOL – UJ 200339

**BRASÍLIA-DF  
MARÇO/2013**

## SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS.....	4
LISTA DE TABELAS, FIGURAS, QUADROS, GRÁFICOS E DECLARAÇÕES.....	5
1 – IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA .....	6
1.1 IDENTIFICAÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA .....	6
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE .....	7
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL E ÁREA DE ATUAÇÃO.....	9
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS .....	12
1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO .....	15
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS .....	16
1.7 Introdução.....	17
2 - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES .....	19
2.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....	19
2.2 ESTRATÉGIAS ADOTADAS FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS .....	20
2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU AÇÃO .....	21
2.4 INDICADORES INSTITUCIONAIS DE DESEMPENHO DE GESTÃO.....	22
3 - ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO (COR) .....	24
3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA .....	24
3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS.....	22
3.3 SISTEMA DE CORREIÇÃO.....	27
3.4 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU CORREIÇÃO.....	28
4 - PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .....	28
4.1 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA .....	28
5 - TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .....	36
5.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS. ....	36
5.2 MOVIMENTAÇÃO E SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES. ....	36
5.3 INFORMAÇÕES SOBRE SUPRIMENTO DE FUNDOS .....	37
6 - GESTÃO DE PESSOAS, TERC. DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	39
6.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE. ....	39
6.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS .....	44
7 - GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO .....	46
7.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS OU LOCADOS DE TERCEIROS. ....	46
7.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO PRÓPRIO OU LOCADOS DE TERCEIROS. ....	47
8 - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO .....	48
8.1 INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. ....	48
9 - GESTÃO DE RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL .....	50
9.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	50
9.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA .....	52
10 - CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS .....	52
10.1 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93 .....	52
10.2 DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV .....	53
11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	54
11.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE .....	54
11.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONF. DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	54
12 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES DA UNIDADE JURISDICIONADA .....	54
12.1 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ .....	54

## LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

CGU – Controladoria Geral da União  
CRH – Coordenação de Recursos Humanos  
DG – Direção Geral  
DGP – Diretoria de Gestão de Pessoal  
DPF – Departamento de Polícia Federal  
DLOG – Diretoria de Administração e Logística Policial  
DRCOR – Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado  
DN – Decisão Normativa  
IN – Instrução Normativa  
IPL – Inquérito Policial  
LOA – Lei Orçamentária Anua  
N/A – Não se aplica  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
PPA – Plano Plurianual  
PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania  
SELOG – Setor de Administração e Logística Policial  
SR/DPF/DF - Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Distrito Federal  
RG – Relatório de Gestão  
SELOG – Setor de Administração e Logística Policial  
SETEC - Setor Técnico-Científico  
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais  
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal  
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos  
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento  
SINPRO - Sistema Nacional de Procedimentos  
TCU – Tribunal de Contas da União  
UG – Unidade Gestora  
UJ – Unidade Jurisdicionada  
UO – Unidade Orçamentária

## LISTA DE TABELAS, FIGURAS, QUADROS, GRÁFICOS E DECLARAÇÕES

QUADRO 01 - A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ .....	6
FIGURA 01 – ORGANOGRAMA SR/DPF/DF .....	10
FIGURA 02 – CIRCUNSCRIÇÃO SR/DPF/DF .....	11
FIGURA 03 – PORTFÓLIO ESTRATÉGICO .....	21
QUADRO 02 – A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SIST. DE CONT. INTERNOS DA UJ .....	25
QUADRO 03 – ESTATÍSTICA COR/SR/DPF/DF .....	27
QUADRO 04 – ESTATÍSTICA NUDIS/SR/DPF/DF .....	27
QUADRO 05 – ESTATÍSTICA NUCOR/SR/DPF/DF .....	28
FIGURA 04 – DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS .....	28
QUADRO 06 – INVESTIMENTOS SR/DPF/DF .....	30
QUADRO 07 - A.4.11 – MOVIMENTAÇÃO ORÇ. POR GRUPO DE DESPESA .....	31
QUADRO 08 - A.4.14.1 – DESP. POR MOD. DE CONTRAT. – CRÉD. DE MOV .....	33
QUADRO 09 - A.4.14.1 – DESP. POR MOD. DE CONTRAT. – CRÉD. DE MOV .....	33
QUADRO 10 – A.4.15.1 – DESP. POR GRUPO E ELEM. DE DESPESAS .....	34
QUADRO 11 – A.4.15.1 – DESP. POR GRUPO E ELEM. DE DESPESAS .....	34
QUADRO 12 – A.5.1. – RECON. DE PASSIVOS POR INSUF. DE CRÉDITOS .....	36
QUADRO 13 – A.5.2.1 – SITUAÇÃO DOS RAP DE EXERCÍCIOS ANTERIORES .....	36
QUADRO 14 – A.5.2.1 – SITUAÇÃO DOS RAP DE EXERCÍCIOS ANTERIORES .....	37
QUADRO 15 – A.5.8 – DESP. REALIZ. POR MEIO DE SUP. DE FUNDOS (SF) .....	37
QUADRO 16 – A.5.10 – DESP. CARTÃO DE CRÉD CORP POR UG E POR PORTADOR .....	38
QUADRO 17 – A.5.11 – DESP. REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA) .....	39
QUADRO 18 – A.5.12 – PREST. DE CONTAS DE SUP. DE FUNDOS (CPGF) .....	39
QUADRO 19 – A.6.2 – SIT. QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ .....	39
QUADRO 20 – A.6.3 – DET. DA ESTRUT. DE CARGOS EM COMIS. E FUNÇ. GRAT. DA UJ .....	40
QUADRO 21 – A.6.5 – QUANT. DE SERV. DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLAR .....	40
QUADRO 22 – A.6.6 – QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERC. DE REF. E ANT .....	42
QUADRO 23 – A.6.7 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS .....	44
QUADRO 24 - A.6.17 – CONTR. DE PREST. DE SERV. DE LIMP. E VIG. OSTENSIVA .....	45
QUADRO 25 – A.6.18 – CONTR. DE PREST. DE SERV. COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA .....	45
QUADRO 26 – A.6.19 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ETAGIÁRIOS .....	46
QUADRO 27 – A.7.1 – DISTRIB. ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESP. DE PROP. DA UNIÃO .....	47
QUADRO 28 – A.7.3 – DISC. DOS BENS IMÓVEIS DE PROP. DA UNIÃO SOB RESP. DA UJ .....	47
QUADRO 29 – A.8.1 – GESTÃO DA TEC. DA INFORMAÇÃO DA UNID. JURISDICIONADA .....	48
QUADRO 30 – A.9.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS .....	50
QUADRO 31 - A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA .....	52
QUADRO 32 - A.10.5 – DEMONSTRAÇÃO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR DECLARAÇÃO DE BENS E RENDIMENTOS .....	52
QUADRO 33 - A.10.6 – DEC. DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV .....	53
QUADRO 34 - A.11.2 – DEC. DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETAM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇ, FINANC E PATRIM DA UNIDADE JURISDICIONADA .....	54
QUADRO 35- RESUMO PRODUTIVIDADE DRCOR .....	55
GRÁFICO 1 – COMPARATIVO PROCEDIMENTOS .....	55
GRÁFICO 2 – COMPARATIVO RESULTADOS .....	56
GRÁFICO 3 - COMPARATIVO IPL’S .....	56
GRÁFICO 4 - COMPARATIVO APREENSÕES DROGAS (EM KG) .....	56
GRÁFICO 5 - COMPARATIVO BENS (EM R\$) .....	57
GRÁFICO 6 - COMPARATIVO INCIDÊNCIAS .....	62
FLUXOGRAMA 01 – NOTÍCIA-CRIME .....	64
GRÁFICO 7 – ASPECTOS OPERACIONAIS .....	65
FLUXOGRAMA 02 – INQUÉRITO POLICIAL .....	70
QUADRO 36 - ESTATÍSTICAS DELEAQ/DREX/SR/DPF/DF 2012 .....	72
QUADRO 37 - ESTATÍSTICAS DELEMIG/DREX/SR/DPF/DF 2012 .....	73
GRÁFICO 8 – MOVIMENTO AEROPORTOS COMPARATIVOS .....	74
QUADRO 38 - ESTATÍSTICAS SETEC/SR/DPF/DF 2012 .....	75
GRÁFICO 9 – TIPOS DE LAUDO .....	77
QUADRO 39 – QUADRO RESUMO DOS EQUIPAMENTOS DE TI DISPONÍVEIS .....	79
QUADRO 40 - AÇÕES DE CAPACITAÇÃO REALIZADAS NA UNIDADE EM 2012 .....	80

**1 - IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA**  
**1.1- IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA**  
**1.1.1 - Identificação de Relatório de Gestão Individual**

Quadro 01 - A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado

<b>Poder e Órgão de Vinculação</b>				
<b>Poder:</b> Executivo/Função essencial à Justiça				
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Justiça				<b>Código SIORG:</b> 316
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora</b>				
<b>Denominação Completa:</b> Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal				
<b>Denominação Abreviada:</b> Polícia Federal no Distrito Federal – SR/DPF/DF				
<b>Código SIORG:</b> 001137	<b>Código LOA:</b> 30108		<b>Código SIAFI:</b> 200026 (200338 -200339)	
<b>Situação:</b> Ativa				
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão Público			<b>CNPJ:</b> 00.394.494/0024-22	
<b>Principal Atividade:</b> Segurança e Ordem Pública			<b>Código CNAE:</b> 8424-8/00	
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(61) 2024-7535	(61) 2024-7506	(61) 2024-7798	
<b>Endereço Eletrônico:</b> <a href="mailto:gab.srdf@dpf.gov.br">gab.srdf@dpf.gov.br</a>				
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.dpf.gov.br">http://www.dpf.gov.br</a>				
<b>Endereço Postal:</b> SAIS Quadra 07 Lote 23 – Setor Policial Sul – Brasília-DF – CEP. 70.610-902				
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidada</b>				
Nome	CNPJ	Código SIAFI	Situação	Código SIORG
Departamento de Polícia Federal – Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL – SR/DPF/DF-	00.394.494/0024-22	200339	ATIVA	N/A
<b>Normas Relacionadas à Unidades Jurisdicionada Consolidadora e Consolidada</b>				
<b>Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas</b>				
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.</li> <li>- Criação: Portaria nº 1.389 do Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal de 23 de outubro de 1970 – Criada como Subdelegacia Regional no Distrito Federal, iniciando seu funcionamento em 16 de novembro de 1970, e implantada como Superintendência Regional/DF, em 19 de junho de 1972.</li> <li>- FUNAPOL: - Lei Complementar 89, de 18.02.1997.</li> </ul>				
<b>Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas</b>				
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007.</li> <li>- Portaria nº 2877-MJ, de 30 de dezembro de 2011, que aprova o Regimento Interno.</li> <li>- Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005, Alterada pela Instrução Normativa nº 17-DG/DPF, de 08.12.2008 e Instrução Normativa nº 39-DG/DPF, de 05.10.2010.</li> </ul>				

<b>Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas</b>	
- Lei Complementar nº 089/1997 (Institui FUNAPOL); Lei nº 2.889/1956 (crime de genocídio); Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP); Lei nº 5.010/1966 (Organiza Justiça Federal); Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do Índio); Lei nº 6.815/1980 e Decreto nº 86.715/1981(Estrangeiros); Lei nº 7.102/1983 (Segurança Privada); Lei nº 7.170/1983 (Crimes contra a Segurança Nacional, a Ordem Política e Social); Lei 9.017/1995 (Segurança Privada); Lei nº 9.807/1999 (Proteção a Testemunhas); Lei nº 10.357/2001 (Produtos Químicos); Lei nº 10.446/2002 (Crimes de repercussão Interestadual); Lei nº 10.683/2003 (Organização da Presidência da República); Lei nº 10.826/2003 (SINARM); Decreto-lei nº 6.378/1944 (Transformou Polícia Civil do DF em DFSP); Decreto-Lei nº 9.353/1946 (novas atribuições DFSP); Decreto nº 1.983/1996 (Passaporte); Decreto nº 5.834/2006 (Regimento do MJ);	
<b>Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada Consolidadora e Consolidada</b>	
<b>Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas</b>	
Código SIAFI	Nome
200338	Superintendência Regional no Distrito Federal – Órgão DPF, código 30108
200339	Superintendência Regional no Distrito Federal- Órgão Fundo Pol. Federal, código 30909
<b>Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas</b>	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
200338	00001

## 1.2 - FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto-Lei 6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas próprias receitas, como unidades gestoras, caso da Superintendência Regional no Distrito Federal.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente a Polícia Federal deve “apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.” (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

A legislação infraconstitucional, ainda, prevê à Polícia Federal às seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro); Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 - SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras ( Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao

Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003); Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal); Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004); Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e Proteção às Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Com efeito, ressalte-se que a atuação desta Unidade Jurisdicionada está alinhada ao atendimento da MISSÃO do Departamento de Polícia Federal que é: “Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária.”

Todo o trabalho é realizado para que seja possível, dentro dos prazos previstos, atingir o objetivo de gestão, resumido na VISÃO DE FUTURO que é “Tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os Estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana.”

As atribuições gerais da Superintendência de Polícia Federal no Distrito Federal são as mesmas previstas para o Departamento de Polícia Federal estando previstas em seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 2877-MJ, de 30 de dezembro de 2011, sendo o Departamento de Polícia Federal - DPF, órgão permanente, específico singular, organizado e mantido pela União, e estruturado em carreira, com autonomia orçamentária, administrativa e financeira, diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Justiça, tem por finalidade exercer, em todo o território nacional, as atribuições previstas no § 1º do art. 144 da Constituição Federal, no § 7º do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e, especificamente:

- apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, bem assim outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;
- prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho de bens e valores, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;
- exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;
- exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União;
- coibir a turbação e o esbulho possessório dos bens e dos prédios da União e das entidades integrantes da administração pública federal, sem prejuízo da manutenção da ordem pública pelas Polícias Militares dos Estados; e
- acompanhar e instaurar inquéritos relacionados aos conflitos agrários ou fundiários e os deles decorrentes, quando se tratar de crime de competência federal, bem assim prevenir e reprimir esses crimes.

Especificamente cabe ao Superintendente Regional do Distrito Federal, no âmbito da área de atuação de cada Superintendência, incumbir:

- promover o desenvolvimento das atividades, ações e operações referentes às atribuições da Polícia Federal;
- cumprir e fazer cumprir ordens do Diretor-Geral e as normas e diretrizes emanadas das unidades centrais;
- aprovar programas, projetos, planos de trabalho e de metas, com vistas ao cumprimento de seus objetivos e das metas setoriais;
- propor e promover a execução de planos de operações conjuntas com outras unidades ou outros órgãos governamentais de segurança ou fiscalização, com a participação de pessoal lotado em suas unidades, e integrar missões policiais especiais;
- expedir portarias, ordens e instruções de serviço regulamentadoras das normas emanadas das unidades centrais;

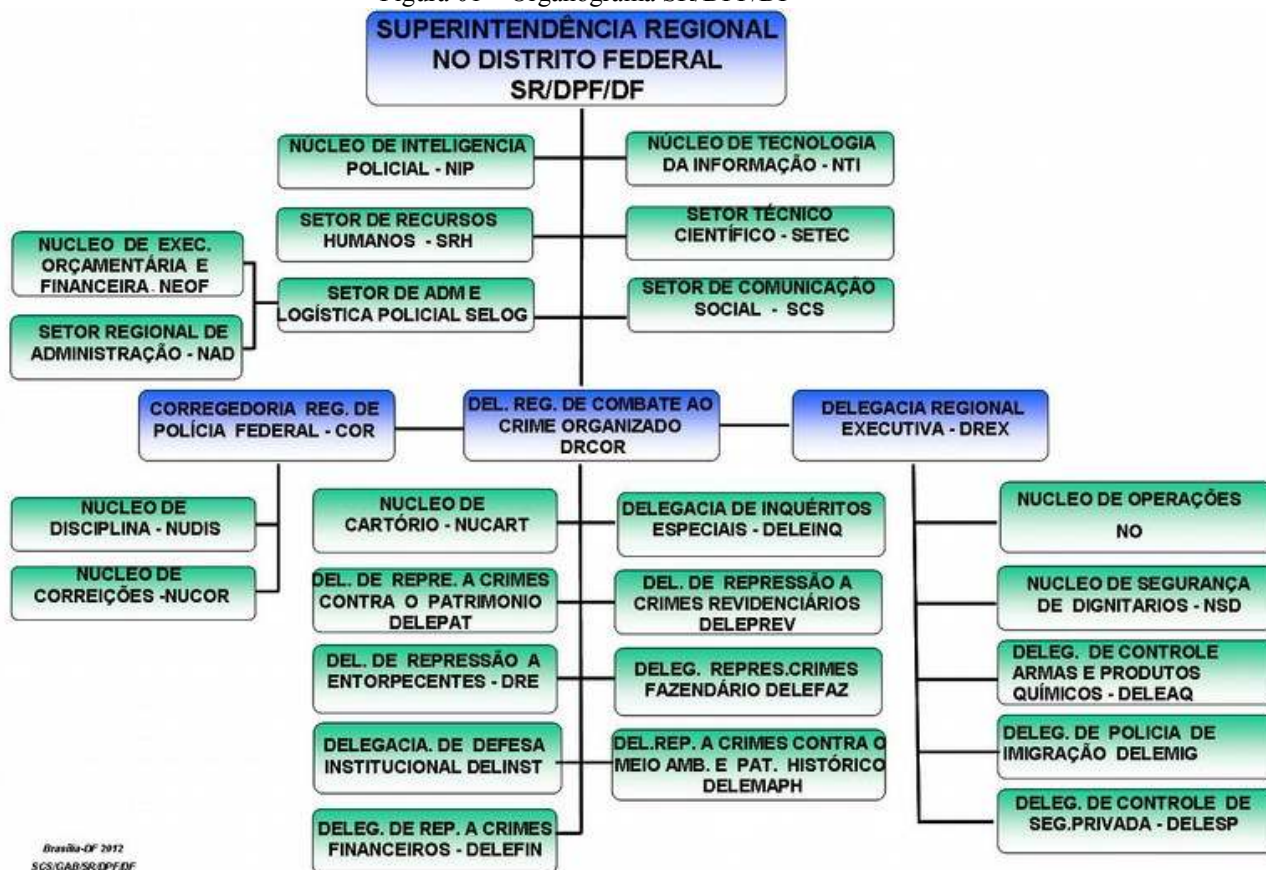


- indicar servidores ao Diretor-Geral para o provimento de cargos de direção, assessoramento superior e de funções gratificadas, no âmbito da Superintendência, bem assim propor sua exoneração e dispensa;
- instaurar, arquivar, determinar a instauração e outras providências relativas à apuração de notícia ou de representação em razão de supostas infrações praticadas por servidores no âmbito da Superintendência Regional, sem prejuízo da atribuição dos chefes de delegacias descentralizadas;
- decidir os procedimentos administrativos disciplinares instaurados na Superintendência Regional, quando a pena for de advertência, repreensão ou suspensão de até 30 (trinta) dias, exceto os processos de cunho acusatório se pelo menos um dos acusados estiver lotado em outra Superintendência;
- propor ao Diretor-Geral a instauração ou arquivamento de processos administrativos disciplinares e as penalidades cuja aplicação está prevista no âmbito de sua atribuição e as que devam ser decididas em instância superior;
- submeter à decisão do Diretor-Geral os recursos interpostos contra indeferimento de abertura de inquérito policial ou arquivamento de denúncias ou representações para instauração de procedimentos administrativos disciplinares;
- avocar, para decisão ou revisão, assuntos de natureza policial ou administrativa, sem prejuízo das atribuições previstas aos demais dirigentes, no âmbito de suas unidades;
- dar posse aos servidores ocupantes de cargos efetivos, aos titulares de funções gratificadas e de cargos em comissão;
- designar os membros integrantes das Comissões de Disciplina;
- decidir os recursos interpostos contra decisões administrativas no âmbito da Superintendência;
- autorizar o emprego dos recursos financeiros destinados às suas respectivas unidades;
- cooperar com as unidades centrais e coordenar meios e esforços para obter maior agilidade e efetividade das ações, com vistas à solução de problemas e à consecução de objetivos em comum fixados pela Polícia Federal;
- dispor de um fluxo de informações ágil e efetivo, a fim de propiciar aos níveis decisórios centrais dados atualizados e confiáveis sobre o andamento das operações policiais;
- conceder porte federal de arma;
- promover e manter atualizado o controle estatístico referente às incidências criminais, à eficiência e eficácia de suas ações, e consolidar indicadores para auxiliar as Diretorias na elaboração de seus relatórios de avaliação e desempenho, com vistas à subsidiar a tomada de decisões do Diretor-Geral e demais níveis decisórios centrais; e
- receber notificações oriundas do Poder Judiciário e prestar informações correlatas à sua área de atuação.

### **1.3 - ORGANOGRAMA FUNCIONAL E ÁREA DE ATUAÇÃO**

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Distrito Federal está estruturada em doze (12) Delegacias Especializadas, Setores e Núcleos, conforme organograma funcional apresentado pelo Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal, aprovado pela Portaria nº 2877-MJ, de 30 de dezembro de 2011, que para a SR/DPF/DF é o seguinte:

Figura 01 – Organograma SR/DPF/DF



Brasília-DF 2012  
SCS/GAB/SR/DPF/DF

I - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL - SR/DPF/DF:

A) NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA POLICIAL - NIP;

B) NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - NTI;

C) SETOR DE RECURSOS HUMANOS - SRH;

D) SETOR TÉCNICO-CIENTÍFICO - SETEC;

E) SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG:

1. NÚCLEO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - NEOF; E

2. NÚCLEO ADMINISTRATIVO - NAD;

F) SETOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - SCS;

G) DELEGACIA REGIONAL EXECUTIVA - DREX:

1. NÚCLEO DE OPERAÇÕES - NO;

2. NÚCLEO DE SEGURANÇA DE DIGNITÁRIO - NSD;

3. DELEGACIA DE POLÍCIA DE IMIGRAÇÃO - DELEMIG;

4. DELEGACIA DE CONTROLE DE ARMAS E PRODUTOS QUÍMICOS - DELEAQ; E

5. DELEGACIA DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA - DELESP;

H) DELEGACIA REGIONAL DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO - DRCOR:

1. NÚCLEO DE CARTÓRIO - NUCART;

2. DELEGACIA DE INQUÉRITOS ESPECIAIS - DELEINQUE;

3. DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO E AO TRÁFICO DE ARMAS - DELEPAT;

4. DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES PREVIDENCIÁRIOS - DELEPREV;

5. DELEGACIA DE REPRESSÃO A DROGAS - DRE;

6. DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES FAZENDÁRIOS - DELEFAZ;

7. DELEGACIA DE DEFESA INSTITUCIONAL - DELINST;

8. DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES CONTRA O MEIO-AMBIENTE E PATRIMÔNIO HISTÓRICO - DELEMAPH; E

9. DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES FINANCEIROS E DESVIOS DE REC. PÚBLICOS - DELEFIN;

I) CORREGEDORIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL - COR:

1. NÚCLEO DE DISCIPLINA - NUDIS; E

2. NÚCLEO DE CORREIÇÕES - NUCOR.

### 1.3.1 – Área Geográfica de Atuação

- Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no DF – SR/DPF/DF

- CIRCUNSCRIÇÃO: 33 municípios

- SEDE: BRASÍLIA

Água Fria de Goiás/GO, Águas Lindas de Goiás/GO, Alto Paraíso de Goiás/GO, Alvorada do Norte/GO, Buritinópolis/GO, Cabeceiras/GO, Campos Belos/GO, Cavalcante/GO, Cidade Ocidental/GO, Colinas do Sul/GO, Cristalina/GO, Damianópolis/GO, Divinópolis de Goiás/GO, Flores de Goiás/GO, Formosa/GO, Guarani de Goiás/GO, Iaciara/GO, Luziânia/GO, Mambai/GO, Mimoso de Goiás/GO, Monte Alegre de Goiás/GO, Nova Roma/GO, Novo Gama/GO, Padre Bernardo/GO, Planaltina/GO, Posse/GO, São Domingos/GO, São João d'Aliança/GO, Simolândia/GO, Sítio d'Abadia/GO, Teresina de Goiás/GO, Valparaíso de Goiás/GO, Vila Boa/GO e Brasília-DF

Figura 02 – Circunscrição SR/DPF/DF



## 1.4 - MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Os macroprocessos de apoio foram conduzidos em fiel acordo os princípios Constitucionais e legais, além das diretrizes e emanadas pelos Órgãos Centrais, mesmo dentro da crescente limitação de recursos humanos, primando eficiência na condução dos processos.

Alguns resultados dos macroprocessos finalísticos serão demonstrados no item 12 – *OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO*.

### 1.4.1 - Superintendência Regional de Polícia Federal no Distrito Federal – SR/DPF/DF

**COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO:** Planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas a atuação da Polícia Federal (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

<b>IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS<sup>1</sup></b>	<b>PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO</b>
<i>Comunicação Institucional</i>	<i>Gestão dos meios de comunicação institucionais destinados a oferecer subsídios e informações que contribuam para construir e manter uma imagem uniforme e positiva da organização, além de fomentar a comunicação entre os diversos segmentos internos, para garantir a disseminação das informações e do conhecimento, mantendo a coesão do corpo funcional em torno dos objetivos institucionais.</i>
<i>Cooperação Internacional</i>	<i>Visa à cooperação, ao intercâmbio de informações e à gestão do relacionamento da Polícia Federal com outras instituições policiais internacionais, com o fim de dar cumprimento às atribuições institucionais recíprocas</i>
<i>Correição e Controles Internos</i>	<i>Garantir a integridade dos registros contábeis e financeiros e a conformidade com as leis, os regulamentos e os normativos aplicáveis à entidade e sua área de atuação, em especial dos procedimentos relacionados às atribuições institucionais de Polícia Judiciária,</i>
<i>Gestão de Parcerias e Convênios</i>	<i>Conjunto de processos destinados à prospecção, à formalização e ao controle dos acordos e convênios destinados à troca de informações, ao compartilhamento de recursos e à cooperação técnica, entre outros, firmados pela Instituição com outros órgãos ou entidades, nas esferas nacional e internacional.</i>
<i>Gestão de Tecnologia da Informação</i>	<i>Conjunto de processos que visa à disponibilidade, à operacionalidade e à adequabilidade dos recursos tecnológicos da organização.</i>
<i>Gestão do Conhecimento</i>	<i>Conjunto de processos sistematizados, articulados e intencionais, capazes de incrementar a habilidade dos gestores e servidores públicos em criar, coletar, organizar, transferir e compartilhar informações e conhecimentos que podem servir para a tomada de decisões, para a gestão de políticas públicas e para a inclusão do cidadão como produtor de conhecimento coletivo</i>
<i>Gestão Organizacional e Estratégica</i>	<i>Conjunto de processos que visa ao planejamento, à organização, à implantação, à avaliação e ao controle do desempenho da organização, buscando a eficiência e a constante melhoria dos processos de trabalho, a eficácia das ações operacionais e administrativas, o aumento da produtividade e o desempenho qualitativo dos serviços.</i>

<sup>1</sup> Fonte: Arquitetura de Processos da Polícia Federal

#### 1.4.2 - Núcleo de Inteligência Policial - NIP

**COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO:** Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

<b>IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS</b>	<b>PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO</b>
<i>Inteligência Policial</i>	<i>Conjunto de processos relativo à atividade de produção e proteção de conhecimentos, exercida pela Polícia Federal, por meio do uso de metodologia própria e de técnicas acessórias, com a finalidade de apoiar o processo decisório do órgão, quando atuando no nível de assessoramento, ou ainda, de subsidiar a produção de provas penais, quando for necessário o emprego de suas técnicas e metodologias próprias, atuando, neste caso, no nível operacional</i>

#### 1.4.3 - Corregedoria Regional da Polícia Federal - COR

**COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO:** Distribuir expedientes com vistas à instauração de inquérito policial, planejar e executar o Plano de Correições, decidir sobre conflitos de competência, determinar a instauração de sindicância para apurar irregularidades ou infrações cometidas por servidores lotados na Superintendência ou em suas unidades subordinadas descentralizadas, dentre outras atribuições específicas (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

<b>IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS</b>	<b>PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO</b>
<i>Correição e Controles Internos</i>	<i>Consiste no conjunto de processos destinados à inspeções nas Atividades de Polícia Judiciária; sindicância patrimonial; processo administrativo disciplinar (PAD); sindicância acusatória / punitiva; sindicância investigativa; apuração de desvios de conduta e violação do dever de cuidado de bens; correições em procedimentos disciplinares; correições das atividades de polícia judiciária (Ordinárias e Extraordinárias); correições parciais de inquéritos policiais; produção de informações gerenciais na área de polícia judiciária</i>

#### 1.4.4 - Delegacia Regional Executiva – DREX

**COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO:** Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

<b>IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS</b>	<b>PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO</b>
<i>Controle da Segurança Privada</i>	<i>Consiste num conjunto de processos destinados a autorização para aquisição de armas, munições, petrechos e coletes balísticos; cancelamento de atividade e de autorização de funcionamento; encerramento de atividade clandestina de segurança privada; credenciamento de instrutor para escola de formação de vigilante; emissão do certificado de vistoria de carro-forte; aprovação do plano de segurança bancária; emissão de guia de transporte de armas, munições, explosivos e petrechos de recarga; emissão do registro de certificado de formação de vigilante; expedição da autorização de funcionamento e alteração de atos constitutivos; emissão da Carteira Nacional de Vigilante – CNV; processo punitivo em desfavor de empresas de segurança privada e instituição financeira; credenciamento de instrutores que atuam na iniciativa privada Sob o controle da CONAT; recebimento de armas de fogo; credenciamento de psicólogos, instrutores de tiro e armeiros; autorização para emissão de porte de arma de fogo para guarda municipal; autorização para trânsito de arma de fogo; autorização do porte de arma de fogo para segurança de dignitários estrangeiros; autorização do porte de arma de fogo de uso permitido; registro de arma de fogo; autorização para aquisição de armas de fogo de uso permitido;</i>

	<i>controle de importação e exportação de produtos químicos; cadastro e licenciamento de empresas de produtos químicos; instauração e condução de Processo Administrativo de Infração (PAI); fiscalização de empresas de produtos químicos</i>
<i>Controle de Armas de Fogo</i>	<i>Consiste no conjunto de processos destinados à regulação e à fiscalização do registro, da posse e da comercialização de armas de fogo e munições, incluindo a gestão do Sistema Nacional de Armas de Fogo (SINARM) e o controle de instrutores de tiro e dos profissionais habilitados para a realização de avaliações psicológicas para emissão dos documentos autorizativos para aquisição e para registro e porte de armas no País.</i>
<i>Controle Migratório</i>	<i>Consiste no conjunto de processo que visa ao estabelecimento e à implantação de critérios e regras para o ingresso e para a saída de nacionais e estrangeiros do território brasileiro, bem como a expedição e o controle de documentos de viagem de cidadãos brasileiros. Contempla a permanente atualização do cadastro dos estrangeiros residentes no País e a execução dos procedimentos para a emissão da Carteira de Estrangeiro, documento que garante a legalidade da permanência dos estrangeiros no País.</i>
<i>Controle de Precursores Químicos</i>	<i>Consiste no conjunto de processos destinado ao controle e à fiscalização dos produtos químicos e das substâncias a que se refere a Lei 10.357, 27/12/2001, sendo executado mediante o cadastramento e fiscalização das empresas que exerçam ou venham a exercer quaisquer das atividades elencadas nessa lei, por meio da expedição dos certificados e autorizações pertinentes.</i>
<i>Identificação Civil</i>	<i>Consiste no conjunto de processos destinados à individualização das pessoas por meio de suas impressões datiloscópicas, consistindo nas etapas de coleta, análise e armazenamento, possibilitando a emissão de inúmeros documentos de identificação, a exemplo da Carteira de Identidade de Estrangeiro, Passaporte Nacional, Carteira de Vigilante, Carteira Funcional de Servidores da Polícia Federal e Registro de Identidade Civil.</i>
<i>Segurança de Pessoas</i>	<i>Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo resguardar a integridade física de pessoas, em especial as autoridades nacionais e internacionais (dignitários) e as testemunhas em processos judiciais ou em investigações criminais de competência federal.</i>
<i>Segurança de Portos e Aeroportos</i>	<i>Consiste no conjunto de processos que visam ao planejamento e ao controle da segurança aeroportuária e portuária, bem como no policiamento marítimo e fluvial executado pelas Unidades Descentralizadas.</i>
<i>Suporte Operacional</i>	<i>Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo fornecer os suportes táticos e técnicos necessários à execução dos processos finalísticos de Polícia Judiciária e Polícia Administrativa da Instituição.</i>
<i>Proteção à Vida e aos Direitos Humanos</i>	<i>Consiste no conjunto de processos destinado à proteção à vida e ao direitos humanos, em especial nos casos de proteção ao réu colaborador preso, proteção de pessoas que aguardam acolhimento no Programa Nacional de Proteção à testemunhas (PNPT), bem como à fiscalização de adoção internacional de crianças.</i>

#### **1.4.5 - Delegacia Regional de Repressão e Combate ao Crime Organizado - DRCOR**

**COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO:** Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

<b>IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS</b>	<b>PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO</b>
---	--------------------------------------

<i>Investigação Criminal</i>	<i>Consiste no conjunto de processos que visa à apuração das infrações penais e respectiva autoria, incluindo aquelas a cujo teor deva ser dado tratamento sigiloso, sendo formalizado por meio de instrumentos como inquérito policial e termo circunstanciado, que configuram a exteriorização da investigação criminal. Inclui as operações policiais necessárias à obtenção do conjunto probatório necessário à conclusão da investigação.</i>
<i>Identificação criminal</i>	<i>Consiste no conjunto de processos relacionados ao registro, à guarda, à recuperação e ao fornecimento, quando solicitado, de todos os dados e informações necessários para estabelecer a identidade de acusados da prática de infrações criminais.</i>

#### **1.4.6 - Setor Técnico Científico - SETEC**

**COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO:** Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

<b><i>IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS</i></b>	<b><i>PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO</i></b>
<i>Criminalística</i>	<i>Consistem no conjunto de processos de descoberta, análise, coleta e exame pericial de vestígios criminais, indispensáveis para elucidação de crimes. Seus objetivos são a elucidação da dinâmica, a explicação da prova material dos delitos e a identificação de seus autores e vítimas. A criminalística se utiliza de conhecimentos científicos e aplica diferentes procedimentos e técnicas para reprodução dos fatos sob investigação criminal, sendo as disciplinas em que se baseia denominadas Ciências Forenses. O desenvolvimento das atividades dos Peritos Criminais Federais resulta em Laudos Periciais Criminais, requisitados pela Polícia Federal, Ministério Público ou pelo Poder Judiciário, fornecendo elementos técnicos probatórios à investigação policial e ao processo criminal.</i>

### **1.5 - MACROPROCESSOS DE APOIO**

Os macroprocessos de apoio foram conduzidos em fiel acordo os princípios constitucionais e legais, além das diretrizes e emanadas pelos Órgãos Centrais, primando por medidas de controles, visando racionalizar os recursos disponíveis, evitando-se o cometimento de impropriedades gerenciais, bem como pela melhor estruturação das Delegacias, núcleos, setores e demais unidades desta Regional, assegurando mais equipamentos e pessoal, buscando prover condições de trabalho mais adequadas, para o cumprimento das suas missões, mesmo com a crescente carência de recursos humanos, considerando que não houve provimento ordinário de cargos nesta SR/DPF/DF no exercício de 2012, em especial para a área de apoio/meio, exceto a área finalística que contou com o provimento no cargo de Agente de Polícia Federal, de apenas 3(três) servidores, decorrentes de concurso de remoção advindo de nova turma de curso de formação profissional.

Alguns resultados dos macroprocessos de apoio serão demonstrados no item 12 – OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.

#### **1.5.1 - Setor de Recursos Humanos - SRH**

**COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO:** Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

<b><i>IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS</i></b>	<b><i>PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO</i></b>
<i>Gestão de Pessoas</i>	<i>Gerenciamento e desenvolvimento das pessoas selecionadas e contratadas,</i>

	<i>incluindo seu acompanhamento em termos de desempenho.</i>
--	--

### 1.5.2 - Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI

**COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO:** Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

<b>IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS</b>	<b>PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO</b>
<i>Gestão de Tecnologia da Informação</i>	<i>Consiste no conjunto de processos que visa à disponibilidade, à operacionalidade e à adequabilidade dos recursos tecnológicos da organização. Inclui o projeto, o desenho, o desenvolvimento, a homologação e a manutenção dos sistemas computacionais, possibilitando o atendimento das necessidades decorrentes da execução dos processos finalísticos, de gestão e de suporte da Instituição.</i>

### 1.5.3 - Serviço de Administração e Logística Policial - SELOG

**COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO:** Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

<b>IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS</b>	<b>PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO</b>
<i>Gestão de Obras e Edificações</i>	<i>Consiste no conjunto de processos destinado à elaboração de projetos de construção, reforma ou ampliação de edificações onde estão ou serão instaladas as diversas unidades funcionais da Organização e ao acompanhamento da execução desses projetos. A partir da sua entrega, os imóveis devem objeto de manutenção permanente com a finalidade de assegurar a sua capacidade de suportar fisicamente a execução das atividades inerentes às das diversas unidades organizacionais.</i>
<i>Logística</i>	<i>Consiste no conjunto de processos destinado ao provimento de recursos, equipamentos e informações para a execução de todas as atividades da Instituição, administrando os recursos, em especial os materiais, gerenciando desde a compra e entrada de materiais, o armazenamento, o transporte e a distribuição dos produtos, monitorando as operações e gerenciando informações.</i>
<i>Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil</i>	<i>Consiste no conjunto de processos destinado ao controle patrimonial da Instituição, seus fenômenos e variações, tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo, registrando os fatos e atos de natureza econômico-financeira que o afetam e estudando suas conseqüências na dinâmica organizacional. Cuida do planejamento da execução físico-financeira, contemplando a previsão das receitas, a fixação das despesas e a obtenção e gestão dos recursos financeiros destinados ao atendimento das necessidades decorrentes do exercício das atribuições da Organização.</i>

## 1.6 - PRINCIPAIS PARCEIROS

Os principais parceiros públicos que mantem vínculo formal com esta SR/DPF/DF são:

- GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL - GDF - Secretaria de Justiça e Cidadania,** Acordo de Cooperação Técnica, visando o estabelecimento de mútua cooperação entre as partes com vistas a desenvolver ações destinadas à implantação e operacionalização de prestação de serviços da Polícia Federal, relativos à emissão de passaporte, nas unidades Rodoviária e Taguatinga do Serviço de Atendimento Imediato ao Cidadão - Na Hora, tendo como finalidade prestar atendimento de alto padrão de qualidade, eficiência e rapidez,



facilitando o acesso do cidadão aos serviços públicos, simplificando as obrigações de natureza burocrática, ampliando os canais de comunicação entre o Estado e o cidadão.

2. **GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL - GDF - Secretaria de Segurança Pública**, Termo de Cooperação Técnica, visando o estabelecimento de mútua cooperação entre as partes com vistas a efetivação de serviços de guarda e custódia de presos provisórios federais na ala especial-FUNAPE localizado na CDP, na cidade São Sebastião -DF.
3. **Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN**, Acordo de Cooperação, visando a operacionalização das atividades de atendimento, vigilância, custódia, guarda, escolta, assistência e orientação de presos provisórios federais e extraditados em área localizada nas dependências do Centro de Detenção Provisória, PAPUDA.
4. **Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO**, Termo de Concessão, visando a utilização, pela Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Distrito Federal, de áreas Aeroportuárias destinadas às atividades indispensáveis aos serviços de POLÍCIA FEDERAL, localizadas no Aeroporto Internacional de Brasília – Presidente Juscelino Kubitschek compreendendo um total de 252,67 m<sup>2</sup>.

Em atividades específicas de Polícia Judiciária e Operações Policiais há a participação e cooperação de diversos entes públicos: Ministério Público Federal-MPF, Justiça Federal-JFDF, Secretaria da Receita Federal do Brasil-SRFB, Banco Central do Brasil-BC, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente-IBAMA/ICMBio, Polícia Rodoviária Federal/PRF, Ministério da Fazenda-MF/COAF, Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, entre outros.

## 1.7 - INTRODUÇÃO

Este relatório trata do desempenho institucional e da gestão orçamentária, financeira, contábil, operacional e patrimonial desta Superintendência Regional de Polícia Federal no Distrito Federal. Assim, formou-se este relatório de gestão, o qual se sustenta, principalmente, pelas disposições da Decisão Normativa TCU n. 119/2012 e da Portaria TCU n. 150/2012.

O conteúdo geral deste relatório está estruturado de forma sequencial segundo os itens relacionados no Anexo II, da DN TCU 119/2012, quais sejam: identificação e atributos da unidade; planejamento estratégico, plano de metas e de ações; estruturas de governança e de autocontrole da gestão; programa e execução da defesa orçamentária e financeira; tópicos especiais da execução orçamentária e financeira; gestão de pessoas, terceirização de mão-de-obra e custos relacionados; gestão de patrimônio mobiliário e imobiliário; gestão da tecnologia da informação e gestão do conhecimento; gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental; conformidades e tratamento de disposições legais e normativas; informações contábeis; e outras informações sobre a gestão.

Informo que alguns itens da Portaria TCU n. 150/2012 não foram apresentados por não se aplicarem a esta Unidade Jurisdicional, ou por não terem tido ocorrência no exercício ora analisado, ou ainda por serem dados disponibilizados por nosso órgão central, como segue:

- a) As informações sobre Programas e Ações (item 04 – Portaria 150/2012 TCU) constantes dos quadros A.4.1, A.4.2, A.4.3, A.4.4, A.4.5, não se aplicam a esta Unidade Jurisdicionada, visto que os programas constantes no PPA não são de responsabilidade e, tampouco, gerenciados por esta Unidade. Além dos quadros A.4.6, A.4.7, A.4.8, A.4.9, A.4.10, A.4.12, A.4.13, A.7.2 por não se aplicarem a esta SR/DPF/DF ou estarem à cargo do Órgão Central.
- b) Não há informação referente à Execução Orçamentária e Financeira (item 05 – Portaria 150/2012 TCU) constantes nos quadros A.5.3, A.5.4, A.5.5, A.5.6 e A.5.7,

uma vez que no exercício de 2012 não houve convênios (onerosos) em execução na UJ.

- c) As informações sobre Suprimentos de Fundos de contas tipo „B“ (item 05 – Portaria 150/2012 TCU) constante no quadro A.5.9 não se aplicam a esta Unidade, uma vez que não foram concedidos Suprimentos neste tipo de conta.
- d) As informações de Renúncia Tributária (item 05 da Portaria 150/2012 TCU) constantes dos quadros A.5.13, A.5.14, A.5.15, A.5.16, A.5.17, A.5.18, A.5.19, A.5.20, A.5.21, A.5.22 e A.5.23 não se aplicam ao Departamento de Polícia Federal.
- e) As informações de Gestão de Pessoas (item 06 – Portaria 150/2012 TCU), constantes dos quadros A.6.1 e A.6.4 são resguardadas por sigilo, conforme o disposto no Termo de Classificação de Informação do DPF e Instrução Normativa 69, de 14/12/2012, publicada no Boletim de Serviço 242/2012.
- f) As informações de Gestão de Pessoas (item 06 – Portaria 150/2012 TCU) constantes dos quadros A.6.8, A.6.9, A.6.10, A.6.11, A.6.12 e A.6.13 serão consolidadas no Relatório de Gestão do órgão central do Departamento de Polícia Federal, conforme informação do SRH/SR/DPF/DF.
- g) As informações de Gestão de Pessoas (item 06 – Portaria 150/2012 TCU) constantes do quadro A.6.14 não se aplicam ao Departamento de Polícia Federal.
- h) Os custos de recursos humanos foram informados pelo Setor de Recursos Humanos da SR/DPF/DF nos valores totais, posto que outros dados pormenorizados, quais sejam, detalhamento de vencimentos e despesas variáveis, custos por cada servidor cedido ou comissionado, entre outros, são apurados centralizadamente, pela CRH/DGP/DPF. Da mesma forma, a composição do quadro de recursos humanos desta Unidade Jurisdicionada por faixa etária e por nível de escolaridade é acompanhada pela Coordenação de Recursos Humanos (CRH) da Diretoria de Gestão de Pessoal (DGP) do DPF, cujo Relatório de Gestão deverá apontar tais dados.
- i) Não houve informação referente a Gestão de Pessoas (item 06 – Portaria 150/2012 TCU) constantes aos quadros A.6.15 e A.6.16, uma vez que no exercício de 2012 não tivemos autorização para realização do concurso público ou provimento adicional para substituição de funcionários terceirizados no âmbito deste Departamento.
- j) As informações sobre Conformidade e Tratamento de Disposições Legais e Normativas (item 10 – Portaria 150/2012 TCU) constantes nos quadros A.10.1 e A.10.2, uma vez que não tivemos determinações ou recomendações exaradas pelo Tribunal de Contas da União a respeito desta Unidade.

As informações que não foram disponibilizadas neste relatório de gestão por terem sido consideradas sigilosas por nosso órgão central, conforme Instrução Normativa nº 69 de 14/12/2012, publicada em Boletim de Serviço 242/2012, estarão à disposição dos órgãos de controle mediante solicitação.

Ainda, em atendimento ao item 9.1.3 do Acórdão 1.449/12 – TCU Plenário, que determina a inclusão de item específico nos Relatórios de Gestão de 2012 a 2016 versando sobre as providências adotadas pelo DPF para regularizar a terceirização de serviços relacionados ao controle migratório (consoante as disposições do Decreto 2271/97 e as determinações descritas nos subitens 9.1.1 do citado Acórdão, abaixo transcrito), informa-se que a Direção-Geral do DPF expediu ao Tribunal de Contas da União o Ofício 885/2012-GAB/DG/DPF, de 20 de dezembro de 2012, que encaminhou o Plano de Ação, no qual constam informações quanto às ações, aos prazos e aos responsáveis pelas medidas necessárias ao cumprimento do disposto na decisão do egrégio Tribunal.

*“9.1.1 elabore e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da ciência, plano de ação para regularizar a terceirização de serviços relacionados diretamente ao controle migratório, de modo a substituir, gradualmente e sem prejuízo à continuidade do serviço, os terceirizados que executam tarefas típicas de controle migratório por servidores do seu quadro permanente, porquanto se trata de atividade tipicamente finalística desse órgão, cuja terceirização é vedada nos termos do art. 1º, § 2º, do Decreto nº 2271/97; (...)”*

Em atendimento ao constante do item 9.1.2 do referido acórdão, informa-se que durante o exercício de 2012 foi observado nível mínimo de supervisão dos terceirizados nos serviços de controle migratório, por esta Unidade Jurisdicionada, conforme a proporção indicada pela Coordenação-Geral de Polícia de Imigração – CGPI.

## **2 - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES**

### **2.1 - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

O Plano Estratégico 2010/2022, o Portfólio Estratégico e o Mapa Estratégico da Polícia Federal, estão previstos na PORTARIA nº 1735/2010-DG/DPF, de 03 de novembro de 2010, que perpez a revisão do Plano Estratégico de 2007/2022, de modo a adequá-lo à nova realidade de gestão estratégica; à necessidade de direcionar as Ações Estratégicas ao alcance dos Objetivos Institucionais, primando pela eficácia, eficiência e efetividade de seus projetos e processos e no esforço conjunto de se praticar uma gestão moderna, dinâmica e participativa, de forma que a sociedade, o governo e o público interno possam obter os melhores resultados das ações definidas, vigente no período de 2010 a 2022, sendo geridos e mantidos pelas Unidades Centrais (Diretorias e Coordenações) deste DPF, sendo:

- **Plano Estratégico**, composto por:
  - I - Histórico;
  - II - Negócio;
  - III - Missão;
  - IV - Visão;
  - V - Valores;
  - VI - Fatores Críticos de Sucesso;
  - VII - Políticas Corporativas;
  - VIII - Macro Objetivos;
  - IX - Objetivos Institucionais; e
  - X - Ações Estratégicas.
  
- **Portfólio Estratégico**, que servirá como base para a estruturação, elaboração e consolidação dos Planos Plurianuais da Polícia Federal, é composto de:
  - I - Objetivos Institucionais; e
  - II - Ações Estratégicas.
  
- **Mapa Estratégico**, composto de:
  - I - Missão;
  - II - Visão;
  - III - Perspectivas;
  - IV - Macro Objetivos;
  - V - Objetivos Institucionais, de forma destacada, contendo a síntese de seus descritores; e
  - VI - Síntese das Ações Estratégicas, dispostas conforme sua vinculação aos respectivos Objetivos Institucionais.

As Perspectivas acima referidas (inciso III) devem ser compreendidas na seguinte ordem:

  - I – Orçamento e Finanças;
  - II – Aprendizado e Crescimento;

- III – Processos Internos; e
- IV – Clientes e Resultados.

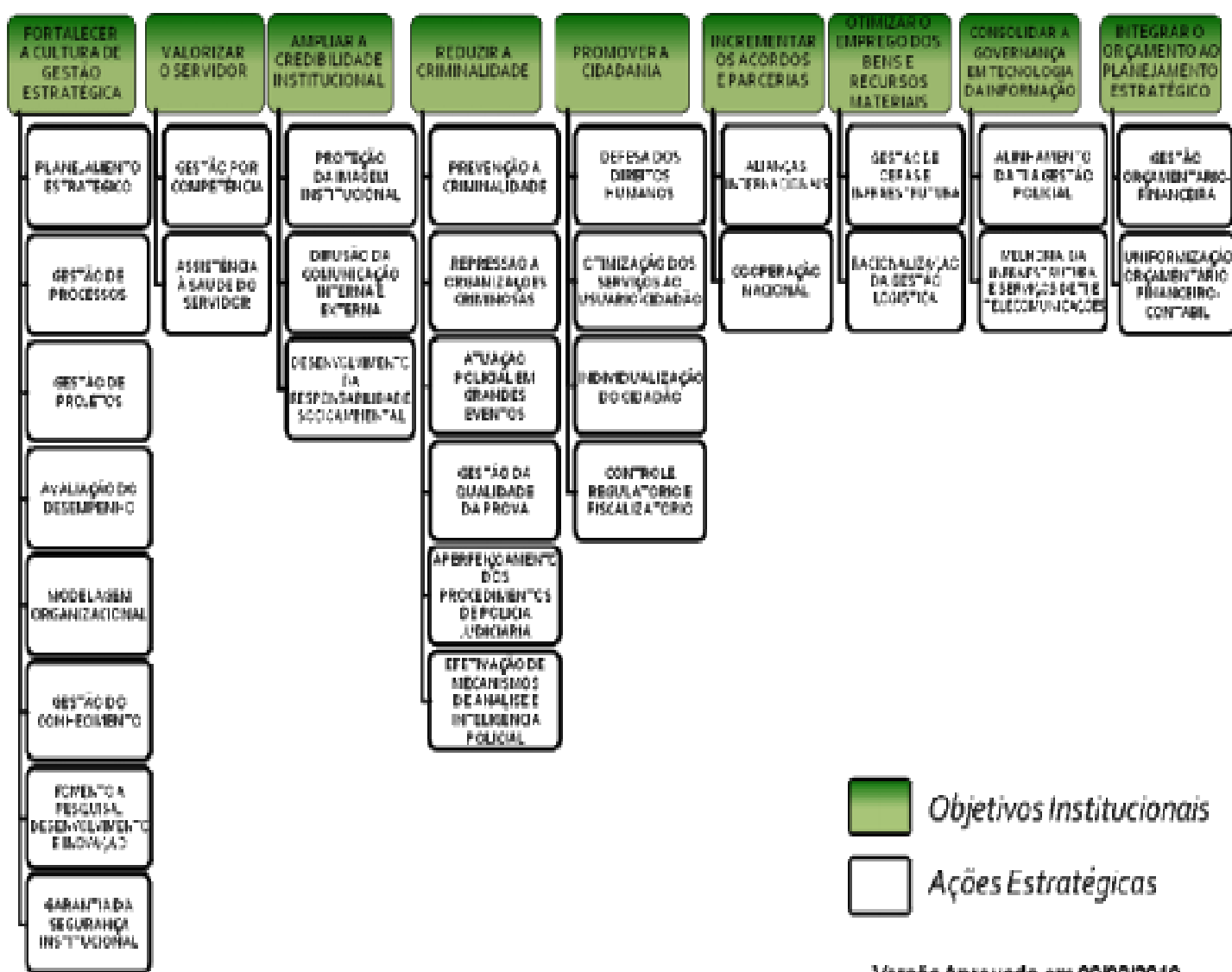
## 2.2 - ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Nesse sentido, para efeito do presente Relatório de Gestão, é oportuno elencar os Objetivos Institucionais vigentes e suas ações, previstos no planejamento estratégico:

- a) Fortalecer a cultura de gestão estratégica**  
Implantar uma cultura permanente de gestão estratégica no âmbito da Polícia Federal, em busca da eficácia, eficiência e efetividade de seus serviços e atividades.
- b) Valorizar o Servidor**  
Estabelecer e implantar estratégias de avaliação do mérito e valorização do pessoal, motivando todas as categorias de servidores e agregando valores de maneira a formar um grupo coeso e permanente.
- c) Reduzir a Criminalidade**  
Reduzir a atuação da criminalidade organizada, aprimorando e modernizando constantemente as técnicas investigativas, em todos os segmentos de atuação.
- d) Promover a Cidadania**  
Promover o reconhecimento formal de direitos e deveres na vida cotidiana dos indivíduos, por meio da divulgação e fortalecimento das ações de polícia administrativa no território brasileiro e suas fronteiras.
- e) Incrementar os Acordos e Parcerias**  
Promover, consolidar, regular e oficializar parcerias estratégicas, em âmbito nacional e internacional, de maneira a conferir respaldo e legitimidade às ações operacionais, de inteligência, de treinamento, de transferência de tecnologia, entre outras.
- f) Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais**  
Modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização.
- g) Consolidar a Governança em Tecnologia da Informação**  
Estruturar as práticas, padrões, processos, recursos e relacionamentos na área de Tecnologia da Informação, aprimorando seus serviços e agregando valor à instituição.
- h) Integrar o Orçamento ao Planejamento Estratégico**  
Vincular a proposta orçamentária da Polícia Federal ao seu planejamento estratégico, de maneira a dispor de um plano orçamentário sustentável que permita adequar qualitativa e quantitativamente os recursos financeiros ao cumprimento de sua missão.

Cada objetivo institucional possui diversas ações para o seu alcance, Ações Estratégicas, que estão previstas de forma resumida no Portfólio Estratégico:

Figura 03 – Portfólio Estratégico



Importante a assertiva de que o Departamento de Polícia Federal na definição de seu planejamento estratégico efetua a análise de cenários prospectivos, decorrentes de sua atuação. Pois o entendimento da instituição é que, no contexto da sua atuação em Segurança Pública, as organizações criminosas se tornam mais complexas e avançadas a cada dia, demandando das instituições que atuam nessa arena, o intenso desenvolvimento e a utilização de instrumentos que apoiem escolhas racionais, que forneçam confiança e conhecimento dos fatos, para o atingimento do objetivo maior que é proporcionar à população, seu cliente principal, a segurança necessária.

Tomando-se como esteio os objetivos estratégicos o órgão esta unidade jurisdicionada, atuou diariamente para o seu alcance. Assim atuamos fortemente na melhoria dos indicadores de desempenho da área judiciária, voltados especialmente para o saneamento e melhoria dos trabalhos de instrução de feitos criminais.

### 2.3 - EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU AÇÕES

A Instrução Normativa nº 021/2010-DG/DPF, de 21 de janeiro de 2010 instituiu nova regulamentação acerca do Plano de Metas Anual – PMA da PF, abrangendo as unidades centrais e

descentralizadas, cuja finalidade é estabelecer a política de planejamento de curto prazo e suas diretrizes, subsidiar o processo orçamentário, estabelecer os objetivos e procedimentos para a sua consecução, integrando-o ao Planejamento Estratégico da PF. O PMA constitui-se em sistema de planejamento voltado ao estabelecimento dos objetivos e metas do Órgão, definição das unidades responsáveis pela sua execução, dos meios necessários ao seu alcance, hierarquização de prioridades, bem como da estimativa dos custos, do prazo de execução e do controle de resultados. Cada unidade gestora e/ou administrativa elaborará seu PMA que será consolidado nos níveis setorial (unidade gestora) e encaminhado à Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização – CPLAM/DLOG, para fins de análise e consolidação. Após, a consolidação realizada pela CPLAM o PMA será submetido à Direção-Geral para aprovação. Compete à unidade responsável pela elaboração do PMA observar as diretrizes emanadas da unidade central de planejamento, inclusive quanto aos prazos estabelecidos.

No exercício de 2012 a análise, consolidação, lançamento, execução e controle das metas e seus resultados ficaram a cargo da Unidade Central, em nível nacional, pela Coordenação tendo o sido o PMA 2012 desta SR/DPF/DF entregue em 24.02.2012, conforme instruções da Mensagem Oficial Circular nº 005/2012, de 07.02.2012, da DLOG/DG/DPF, perfazendo 56(cinquenta e seis) metas, as quais vem sendo acompanhadas e cumprida dentro das disponibilidades e ações necessárias à sua consecução.

## 2.4 – INDICADORES INSTITUCIONAIS DE DESEMPENHO DE GESTÃO

Ressaltamos que na SR/DPF/DF há somente dois indicadores institucionais disponíveis e que até 2011 eram vinculados ao Programa 0662 (Prevenção e Repressão à Criminalidade): Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais e Prazo Médio para a Conclusão de Inquéritos Policiais.

### 2.4.1 - Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais

Ano/Exercício	2011	2012
Índice alcançado	98%	83%

Fonte: SISCART/DR/DPF/DF

- a) **Metodologia:** Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais da Unidade Jurisdicionada no exercício e o total de inquéritos policiais instaurados nessas unidades em 2011 (Índice divulgado pela Corregedoria Geral /DPF). Quanto maior o índice (superior a 80%), melhor.
- b) **Utilidade:** medir a taxa (percentual) de Inquéritos Policiais instaurados e relatados no exercício.  
O inquérito instaurado num determinado exercício, devido à complexidade das investigações e/ou procedimentos, eventualmente não pode ser concluído dentro do mesmo exercício. Da mesma forma que os inquéritos relatados no período, podem ser aqueles instaurados em anos anteriores. Dependendo da complexidade dos procedimentos e investigações, um inquérito pode demandar mais tempo, em face de outro, que por ser mais simples, é instaurado e relatado num prazo bem menor. Nesse sentido, a utilidade desse indicador pode ser claramente percebida haja vista tratar-se de um dos mais representativos índices, o qual sempre é utilizado como referência para a tomada de decisões gerenciais que afetam o desempenho desta Unidade Jurisdicionada.
- c) **Mensurabilidade:** Houve viabilidade efetiva para que o fenômeno-objeto (Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais) fosse medido por intermédio do indicador supracitado, mediante pesquisas realizadas pela Corregedoria Geral do DPF, disponibilizadas na intranet. Todavia, o índice inferior a 80% não retrata necessariamente insucesso, pois cada inquérito depende de fatores diversos que determinam o tempo de andamento do mesmo.

- d) Análise:** Todos os esforços são dirigidos para manter o índice acima dos 100% na UJ, para que se mantenha uma trajetória descendente no índice de inquéritos em andamento. As ações de correção, melhoria e adequação dos processos, e o esforço da Administração foram os fatores decisivos para o avanço. Desta forma, na média global, o índice foi superior ao esperado que era de 80%, demonstrando aumento da trajetória descendente no número total de inquéritos e o devido cumprimento das metas estabelecidas.

#### 2.4.2 - Prazo Médio para Conclusão de Inquéritos Policiais

Ano/Exercício	2011	2012
Tempo médio para a conclusão de inquéritos (flagrante)	97 dias	61 dias
Tempo médio para a conclusão de inquéritos (portaria)	281 dias	372 dias

Fonte: SISCART/DR/DPF/DF

- a) Metodologia:** Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais do órgão e o total de inquéritos policiais instaurados (Índice divulgado pela Corregedoria Geral /DPF). Os números refletem o tempo MÉDIO, em dias, que as autoridades levaram para concluir os IPL's da unidade, desde a instauração até o relatório (excluem-se as cotas).
- b) Utilidade:** medir o prazo médio para a conclusão de Inquéritos Policiais instaurados e relatados e auxiliar no processo de tomada de decisão gerencial, sobretudo quanto à melhor alocação de recursos pelo ordenador de despesas, a fim de reduzir tal prazo.
- c) Mensurabilidade:** O fenômeno-objeto (Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais) foi medido mediante pesquisas realizadas pela Corregedoria Geral do DPF. Da mesma forma que a taxa de conclusão, possui razoável mensurabilidade: trata-se de um indicador que possui um grau de complexidade proporcional ao fenômeno-objeto, sendo auditável por terceiros, pois os dados extraídos de sistemas ativos e confiáveis (Sistema Nacional de Procedimentos - SINPRO e Sistema Cartorário - SISCART), por meio de recursos da Coordenação de Tecnologia de Informação do DPF, disponibilizados à Corregedoria Geral, além de ser econômica a produção de tal indicador. Entretanto, este indicador não possibilita aferir uma exata mensuração da produtividade, pois dependendo da complexidade dos procedimentos e investigações, um inquérito pode demandar mais tempo, em face de outro, que por ser mais simples, é instaurado e relatado num prazo bem menor. Por essa e outras razões, este indicador de desempenho não foi considerado no PPA 2012-2015. Os demais índices relativos à Polícia Judiciária dependem de fatores de elevada complexidade, os quais devem ser observados no decurso das investigações e, principalmente, na deflagração de operações policiais. Ainda nesse sentido, são relevantes as representações bem fundamentadas junto ao Judiciário.
- d) Análise:** O indicador supra não possibilita apurar a realidade do que ocorre, pois dependendo da complexidade dos procedimentos e investigações, um inquérito pode demandar mais tempo, em face de outro, que por ser mais simples, é instaurado e relatado num prazo bem menor, não permitindo uma exata mensuração da produtividade. O índice foi previsto para o Órgão, de forma global.

#### 2.4.3 - Outras considerações acerca dos indicadores

Em complemento às informações relativas aos indicadores institucionais do DPF, previstos no item 2.4 da parte A do Anexo II à Decisão Normativa – TCU 119/2012, esta Unidade Jurisdicionada esclarece que a despeito dos dois índices apresentados (prazo de conclusão de inquéritos policiais no DPF e taxa de conclusão de inquéritos policiais no DPF), está em processo de construção no DPF outros indicadores, de caráter institucional, que melhor retratam a gestão do órgão, apontando o acompanhamento; o alcance das metas previstas; os avanços; as melhorias na qualidade dos serviços prestados, bem como a necessidade de correções e mudanças de rumos nas ações, com o fim de orientar o Órgão na busca da excelência dos serviços prestados.

Para isso, o Diretor-Geral do Departamento, por meio do Despacho nº 7274/2012, de 28/11/2012, aprovou o Termo de Abertura do Projeto **CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE DESEMPENHO DO PLANO ESTRATÉGICO DA POLÍCIA FEDERAL (2010/2022)**. Esse documento foi a diretriz utilizada Pela Direção para a elaboração da proposta do Plano de Gerenciamento do Projeto, que apresenta o planejamento das ações previstas como necessárias para se alcançar os objetivos do projeto. Ele define também como os trabalhos pertinentes serão executados, monitorados, controlados e encerrados.

Ato contínuo, foi realizada reunião, em 11 de dezembro de 2012, entre servidores do DPF e da Secretaria de Planejamento de Gestão do Tribunal de Contas da União com o fim de buscar entendimento sobre o tema e, ainda, de formar uma agenda positiva para a realização dos trabalhos correlatos, com a orientação técnica daquele Tribunal. Essa reunião foi oficializada por meio do Ofício 861/2012-GAB/DG/DPF, de 14 de dezembro de 2012, do Diretor-Geral do DPF ao Exmo. Ministro Augusto Nardes, Presidente do TCU.

Atualmente, a Coordenação do Centro Integrado de Gestão Estratégica do DPF - CIGE trabalha na formação dos novos indicadores institucionais de gestão, com o fim de possibilitar a mensuração dos trabalhos desenvolvidos em áreas não contempladas pelos índices atualmente existentes no Departamento. Buscar-se-á também agregar melhoria a esses últimos, de modo a atender o disposto nas Decisões Normativas e Portarias do TCU que tratam do tema.

Dessa forma, o DPF espera criar, no exercício de 2013, indicadores de desempenho da gestão que se preste a medir a efetividade dos principais processos das diversas Unidades Jurisdicionadas que compõe o órgão, tornando mais transparente os resultados alcançados pela gestão.

### **3 - ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO**

#### **3.1 - ESTRUTURA DE GOVERNANÇA**

Precipuamente, conforme disposto no art. 74 da Constituição Federal e as disposições da Lei nº 10.180, de 06.02.2001, compete à Controladoria Geral da União, através da Secretaria Federal de Controle as atividades de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

No Regimento Interno do DPF, aprovado pela Portaria nº 2877-MJ, de 30 de dezembro de 2011, em seu art. 5º, § 1º, prevê a Assessoria de Controle Interno-ACI, para auxílio no desempenho de suas funções.

A Instrução Normativa nº 043/2010-DG/DPF, de 23.12.1974 autorizou a instituição da Unidade de Controle Interno no âmbito das Superintendências de Polícia Federal nos Estados, a qual compete sob demanda do Superintendente ou por detecção de necessidade:

I – acompanhar auditorias e o atendimento das demandas da Controladoria Geral da União e do Tribunal de Contas da União pela sua unidade, observando o cumprimento dos prazos;

II – analisar a legalidade, legitimidade e economicidade de atos administrativos;

III – assistir o Superintendente Regional nos assuntos relativos ao Sistema de Controle Interno e ao Sistema de Controle Externo, atuando como facilitador da relação entre sua unidade e os órgãos que compõem esses sistemas;

IV – auxiliar a mensuração da eficácia, eficiência e efetividade das ações de sua unidade para o atingimento dos objetivos das políticas públicas traçadas para o DPF;



V – executar as atividades afetas à organização do Relatório de Gestão, consolidação do Plano de Metas e Relatório Anual de Atividades da Superintendência, bem como, quando necessário, elaboração dos Processos de Contas e da Tomada de Contas Especial;

VI – manter-se atualizado em relação às normas e diretrizes da Administração Pública Federal concernentes ao Sistema de Controle Interno e ao Sistema de Controle Externo, transmitindo-as e orientando os responsáveis pelo seu cumprimento;

VII – monitorar, registrar e repassar informações para elaboração do Balanço Geral da União à unidade competente;

VIII – executar as atividades necessárias à formulação dos Relatórios de Controle Interno por iniciativa própria ou quando demandados pelo Superintendente Regional; e

IX – outras atribuições pertinentes, conforme determinação do Superintendente.

A Unidade de Controle Interno da SR/DPF/DF foi instituída através da Portaria nº 2994/2012-DG/DPF, de 11.06.2012. Em apoio ao controle interno na Unidade é realizado o trabalho de conformidade contábil e de gestão, existe servidores responsáveis por este trabalho, em caráter de exclusividade, com monitoramento permanente das atividades financeiras e de gestão da Superintendência. As inconsistências encontradas são remetidas ao dirigente regional para subsidiar decisões e apurar eventuais responsabilidades.

### 3.2 - AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

Quadro 02 - A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		

15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<b>Análise Crítica:</b>					
<b>O sistema de controle desta SR/DPF/DF, contando com a existência dos conformistas contábil e de gestão e a recente criação da Unidade de Controle Interno, ainda em fase de estruturação, tem contribuído sobremaneira ao aperfeiçoamento e aprimoramento dos processos de controle;</b>					
<b>Escala de valores da Avaliação:</b>					
<b>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</b>					
<b>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</b>					
<b>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</b>					
<b>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</b>					
<b>(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</b>					

Fonte: GAB/SR/DPF/DF

### 3.3 - SISTEMA DE CORREIÇÃO

O sistema correcional desta SR/DPF/DF está a cargo da Corregedoria Regional de Polícia Federal-COR/SR/DPF/DF, sendo sua base normativa principal as leis nº 4878/65 e 8112/90, além dos normativos e diretrizes emanadas pelo órgão central, Corregedoria-Geral de Polícia Federal-COGER/DG.

Como parte da estrutura da Corregedoria Regional de Polícia Federal-COR/SR/DPF/DF existem dois núcleos auxiliares: Núcleo de Disciplina-NUDIS e Núcleo de Correições-NUCOR.

No exercício de 2012 os órgãos correcionais tiveram as seguintes atuações:

a) CORREGEDORIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL – COR/SR/DPF/DF

Quadro 03 – Estatística COR/SR/DPF/DF

TIPO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE		
		1º SEM	2º SEM	TOTAL
POLÍCIA JUDICIÁRIA	Cartas precatórias Cumpridas	320	157	477
	Cartas precatórias a cumprir	025	163	188
	Noticias – crime com parecer favorável para instauração	618	714	1332
	Notícias-crime com parecer não favorável para instauração	688	265	954
ADMINISTRATIVO	Ofícios	725	528	1252
	Memorandos	767	399	1166
	Despachos	1606	1098	2704

Fonte: COR/SR/DPF/DF

b) NÚCLEO DE DISCIPLINA – NUDIS

Quadro 04 – Estatística NUDIS/SR/DPF/DF

ATIVIDADES/TIPO	QUANTIDADE		
	1º SEM	2º SEM	TOTAL
Processos Administrativos Instaurados	01	04	05
Processos Administrativos Reabertos	-	06	06
PEAS instaurados	01	-	01
Investigações Prévias Instauradas	04	03	07
Sindicâncias Investigativas Instauradas	12	03	15
Processos/sindicâncias concluídas	13	17	30
Expedientes de Natureza Disciplinar instaurados	18	09	27
Pareceres diversos	78	28	101
Portarias	41	42	83
Notas para publicação em Aditamento Semanal	13	10	23

Fonte: COR/SR/DPF/DF

c) NÚCLEO DE CORREIÇÕES – NUCOR

Quadro 05 – Estatística NUCOR/SR/DPF/DF

ATIVIDADES/TIPO	QUANTIDADE		
	1º SEM	2º SEM	TOTAL
Pareceres diversos	90	32	122
Correições Parciais – N.º de IPL´s correicionados	462	71	533
Correições Ordinárias – N.º de IPL´s correicionados	-	900	900

Fonte: COR/SR/DPF/DF

### 3.5 - CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU

As instâncias de correição desta unidade têm cumprido fielmente as disposições da Portaria nº 1.043/2007-CGU, CGU-PAD, em especial as disposições contidas nos arts. 4º e 5º da referida portaria.

### 4 - PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

#### 4.1 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA

A Execução Orçamentária e Financeira desta SR/DPF/DF, dentro de suas atribuições e como ação administrativa decorrem da definição do orçamento do DPF, a Coordenação de Orçamento e Finanças propõe ao Diretor-Geral, o estabelecimento de Cotas Orçamentárias de Custeio para todas as Unidades Gestoras do DPF, e o Dirigente Máximo as estabelece anualmente para a execução do orçamento.

Assim a proposta orçamentária do DPF leva em consideração os limites orçamentários de custeio estabelecidos para cada unidade que compõe a sua estrutura, para as principais naturezas de despesas de custeio, como: Diárias, Material de Consumo, Passagens e Despesas com locomoção, Outros Serviços – Pessoa Física, Locação de Mão-de-obra e Outros Serviços – Pessoa Jurídica, foram:

Figura 04 – Dotações Orçamentárias

#### PORTARIA Nº 2651-DG/DPF, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011

*Aprova, no âmbito do DPF, os valores globais para o exercício de 2012 das dotações orçamentárias e fixa limites para o processamento de despesas das unidades gestoras do DPF para os fins que especifica, nas gestões que menciona, e dá outras providências.*

#### SUPERINTENDENCIA-REG.DEP.POLICIA-FEDERAL--DF

UG	PI	ND	Valor-R\$
200338	702T	339014 DIARIAS--PESSOAL·CIVIL	250.000,00
		339030 MATERIAL·DE·CONSUMO	560.000,00
		339033 PASSAGENS·E·DESPESAS·COM·LOCOMOCAO	480.000,00
		339036 OUTROS·SERVICOS·DE·TERCEIROS--PESSOA·FISICA	5.000,00
		339037 LOCACAO·DE·MAO-DE-OBRA	4.180.000,00
		339039 OUTROS·SERVICOS·DE·TERCEIROS-PESSOA·JURIDICA	3.200.000,00
	✕	<b>sub-total--Tesouro</b>	<b>8.675.000,00</b>
200339	363F	339014 DIARIAS--PESSOAL·CIVIL·(Atividades·Operacionais)	1.000.000,00
	351F	339014 DIARIAS--PESSOAL·CIVIL·(Atividades·Sigilosas)	20.000,00
	✕	<b>sub-total--Funapol</b>	<b>1.020.000,00</b>
		<b>Total</b>	<b>9.695.000,00</b>

Ressalte-se que em relação às cotas orçamentárias estabelecidas pela Direção-Geral do DPF, a execução foi econômica e eficiente, pois atingimos valores abaixo daqueles disponíveis, demonstrando o compromisso desta unidade com a qualidade do gasto e gestão responsável dos recursos disponibilizados, conforme atestam os valores acima exibidos.

Assim, em razão dessa gestão econômica, foi possível dar início a uma readequação do contrato de recepção a passageiros e tripulantes no Aeroporto Internacional de Brasília, com a disponibilização de um número maior de recepcionistas, possibilitando assim uma melhoria na prestação de serviços à população, em razão da crescente demanda, especialmente para os grandes eventos internacionais que acontecerão no Brasil nos próximos anos.

Importante frisar que as alterações de valores contratuais ocorridas durante o ano de 2012, como concessão de reequilíbrio financeiro e repactuações, aumentos de objeto e ainda outras despesas de custeio (taxas, tributos, despesas de exercícios anteriores, indenizações, desp. Intra-orçamentárias, etc.), foram suportados por esta SR/DF, sem que fosse necessário recorrer à Coordenação de Orçamento e Finanças-COF/DLOG/DPF, para liberação de valores extra cotas.

Tal fato pode ser comprovado, pelo volume de créditos orçamentários que não seriam utilizados por esta SR/DF disponibilizados para COF/DLOG/DPF nos últimos meses do ano, um montante de cerca de R\$ 1,2 milhão.

Ainda em relação à execução orçamentária é importante destacar algumas informações pontuais:

#### **Gestão Tesouro:**

- **Diárias** – O Decreto nº 7.689/2012 que estabeleceu limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção no exercício de 2012, determinou um corte para tais despesas. No entanto, no decorrer do exercício foram sendo liberados os limites orçamentários ficando assim a execução orçamentária em 103,8% da cota orçamentária estabelecida pela Direção-Geral, e o aumento significativo em relação ao ano anterior foi em virtude do recrutamento para diversos servidores administrativos da SR/DF atuarem na Conferência Rio+20 onde as diárias foram majoradas em 100%.
- **Material de Consumo** – Em relação ao ano anterior a execução permaneceu praticamente estável com uma redução de aproximadamente 0,9%, devido especialmente à gestão mais austera, com a racionalização de aquisições de material de expediente e consumo por meio de Registro de Preços e controle nos gastos com combustíveis e manutenção da frota de veículos, sem que os serviços fossem prejudicados ou o número de viaturas em boas condições de utilização fosse reduzido. Vale destacar o *upgrade* realizado nas estações periciais dos peritos da área de informática desta SR/DPF/DF com substituição de placa-mãe, processadores e memória RAM tornando as perícias naquela área mais ágeis.
- **Despesas de Locomoção e Passagens Aéreas** – a execução orçamentária consumiu apenas 44,9% da cota estabelecida tendo o gasto sido maior que o exercício anterior em virtude do aumento do custo com passagem aérea e aumento das viagens no âmbito desta SR/DF.
- **Serviços Pessoa Física** – Para contratação de tais serviços os dispêndios diminuíram consideravelmente em relação ao ano de 2011, na ordem de 62,9%, devido à diminuição da demanda de utilização de intérpretes, pagos com esses recursos.
- **Locação de Mão-de-obra** – Houve um acréscimo de 18,9% tendo em vista as repactuações ocorridas no exercício, principalmente no que tange ao contrato de vigilância armada onde os vigilantes tiveram aumento expressivo após a greve e consequente convenção da categoria.
- **Serviços Pessoa Jurídica** – A execução orçamentária para este elemento de despesa foi 12,7% maior em relação a 2011, também em parte por conta da repactuação do contrato de manutenção predial e aumento de outros custos.

Ressalte-se também a diminuição acentuada nos gastos com serviços de telecomunicações tendo em vista novo certame licitatório, especialmente no que tange ao sistema guardião cujo preço ofertado pela empresa vencedora foi 50% menor do que o anterior.

### Gestão FUNAPOL:

- **Diárias** – houve aumento na ordem de 44% de gastos em relação a 2011, principalmente em decorrência do recrutamento para a Conferência Rio+20 onde as diárias foram majoradas em 100%. Ressalte-se ainda que grande parte dos gastos com diárias aconteceu para envio de policiais para as diversas operações permanentes, o que é efetivado com repasse de créditos por parte da COF/DLOG/DPF. As viagens de interesse exclusivo da SR/DF ocuparam menos de 57% do montante total dessa despesa em 2012.

### Investimentos:

- Em relação a 2011 houve acréscimo substancial nessa rubrica tendo em vista principalmente gestões junto à COF/DLOG para repasse de crédito para investimentos considerando que não há cota-orçamentária destinada para investimentos o que dificulta sobremaneira o planejamento de aquisições dessa natureza. A tabela seguir ilustra as aquisições de bens permanentes da SR/DF no ano de 2012:

Quadro 06 – Investimentos SR/DPF/DF

Descrição	ValorUnitário	qtd.	Valor total	Empenho nº
Notebook	2.764,00	14	38.696,00	800290
Computador	2.099,00	30	62.970,00	800283/800119
GPS	803,00	3	2.409,00	800273
Ar condicionado portátil	1.660,20	2	3.320,40	800296
Ar condicionado Split	900,00	2	1.800,00	800279
Fragmentadora	889,00	5	4.445,00	800287
Scanner	1.998,20	11	21.980,20	800291
Televisão	1.743,07	1	1.743,07	800284
Bebedouro	434,94	3	1.304,82	800285
Umidificador	91,00	10	910,00	800286
Cofre	1.260,00	2	2.520,00	800294
Telefone	52,33	100	5.233,00	800295
Frigobar	552,00	4	2.208,00	800112
Lavadora Alta Pressão	5.888,23	1	5.888,23	800113
Carrinho Transporte	145,00	4	580,00	800114
Sanduicheira	93,68	3	281,04	800115
Carrinho Copa	623,00	2	1.246,00	800111
<b>Total</b>			<b>157.534,76</b>	

### Viaturas:

A compra de viaturas para todas as unidades do DPF é centralizada na DLOG. Durante o ano de 2012 esta SR/DF recebeu somente 08 unidades, a saber:

- 02 L200 GL 4x4
- 01 Gol 1.6
- 01 Saveiro 1.6
- 01 Palio Weekend
- 01 Focus Sedan Ostensivo
- 02 Pajero Dakar (sendo uma com cela)

A frota atual da SR/DPF/DF encontra-se antiga e defasada necessitando com urgência de uma renovação, cuja demanda já foi repassada à DLOG.

Seguem abaixo os respectivos quadros demonstrativos das execuções orçamentária e financeira desta SR/DPF/DF:

#### 4.1.3 Movimentação de créditos interna e externa



QUADRO 07 - A.4.11 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
<b>Movimentação Interna</b>	<b>Concedidos</b>	-	-	-	-	-
	<b>Recebidos</b>	200336	200338	2000 - Administração da unidade	-	6.858.783,74
	<b>Recebidos</b>	200336	200338	20TP – Pagamento de pessoal ativo da União	33.654,62	-
	<b>Recebidos</b>	200336	200338	4572 – Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação-	-	48.277,00-
	<b>Recebidos</b>	200337	200339	14M4 – Ações de segurança pública a cargo da Polícia Federal na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio + 20		524.791,39
	<b>Recebidos</b>	200337	200339	2000 - Administração da unidade		8.893,42
	<b>Recebidos</b>	200337	200339	2679 – Repressão ao tráfico ilícito de drogas e atividades de controle e fiscalização de produtos químicos.		6.323,72
	<b>Recebidos</b>	200337	200339	2720 – Ações de caráter sigiloso na área de segurança pública		135.053,89
	<b>Recebidos</b>	200337	200339	2726 – Prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União.		1.184.748,77
	<b>Recebidos</b>	200337	200339	4572 – Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação-		19.418,00



Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	200336	200338	2000 - Administração da unidade	109.257,76		-
	Recebidos	200336	200338	2586 – Sistema de emissão de passaporte, controle do tráfego internacional e de registros estrangeiros	48.277,00		-
	Recebidos	200337	200339	2720 – Ações de caráter sigiloso na área de segurança pública	5.297,20		-
	Recebidos	200337	200339	8979 – Reforma e modernização das unidades do Departamento de Polícia Federal	5.261,25		-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-	-

Fonte: Siafi Gerencial

QUADRO 08 - A.4.14.1 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO -TESOURO – 200338

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
<b>1. Licitação</b>	<b>5.633.043,43</b>	<b>5.525.056,13</b>	<b>5.633.043,43</b>	<b>5.525.056,13</b>
Convite				
Tomada de preços				
Concorrência				
Pregão	5.633.043,43	5.525.056,13	5.633.043,43	5.525.056,13
Concurso				
Consulta				
<b>2. Contratações Diretas</b>	<b>203.618,02</b>	<b>200.021,54</b>	<b>203.618,02</b>	<b>200.021,54</b>
Dispensa	55.407,61	59.962,32	55.407,61	59.962,32
Inexigibilidade	148.210,41	140.059,22	148.210,41	140.059,22
<b>3. Regime de Execução Especial</b>				
Suprimento de Fundos				
<b>4. Pagamento de Pessoal</b>	<b>252.008,73</b>	<b>104.232,82</b>	<b>252.008,73</b>	<b>104.232,82</b>
Pagamento em Folha				
Diárias	252.008,73	104.232,82	252.008,73	104.232,82
<b>5. Outras(não especificado)</b>	<b>45.922,47</b>	<b>-</b>		<b>-</b>
<b>Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>6.134.592,65</b>	<b>5.829.310,49</b>	<b>6.134.592,65</b>	<b>5.829.310,49</b>

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro 09 - A.4.14.1 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO -FUNAPOL – 200339

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
<b>1. Licitação</b>	<b>13.296,90</b>	<b>23.540,00</b>	<b>13.296,90</b>	<b>23.540,00</b>
Convite				
Tomada de preços				
Concorrência				
Pregão	13.296,90	23.540,00	13.296,90	23.540,00
Concurso				
Consulta				
<b>2. Contratações Diretas</b>	<b>24.679,25</b>	<b>16.453,60</b>	<b>24.679,25</b>	<b>16.453,60</b>
Dispensa	19.306,25	16.453,60	19.306,25	16.453,60
Inexigibilidade	5.373,00		5.373,00	
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>119.794,41</b>	<b>55.797,15</b>	<b>119.794,41</b>	<b>55.797,15</b>
Suprimento de Fundos	119.794,41	55.797,15	119.794,41	55.797,15
<b>4. Pagamento de Pessoal</b>	<b>1.732.017,08</b>	<b>1.210.078,59</b>	<b>1.732.017,08</b>	<b>1.210.078,59</b>
Pagamento em Folha				
Diárias	1.732.017,08	1.210.078,59	1.732.017,08	1.210.078,59
<b>5. Outras(não especificado)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>1.889.787,64</b>	<b>1.305.869,34</b>	<b>1.889.787,64</b>	<b>1.305.869,34</b>

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro 10 - A.4.15.1 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos de movimentação - UG TESOIRO – 200338

Valores em R\$ 1,00

<b>DESPESAS CORRENTES</b>								
<b>Grupos de Despesa</b>	<b>Empenhada</b>		<b>Liquidada</b>		<b>RP não processados</b>		<b>Valores Pagos</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>1. Despesas de Pessoal</b>	<b>33.654,62</b>	-	<b>33.654,62</b>	-	-	-	<b>33.654,62</b>	-
319008 Outros Benefícios Assistenciais	33.654,62	-	33.654,62	-	-	-	33.654,62	-
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>	<b>6.854.077,91</b>	<b>6.989.689,48</b>	<b>5.180.106,91</b>	<b>5.994.602,85</b>	<b>631.832,83</b>	<b>981.299,96</b>	<b>5.180.106,91</b>	<b>5.994.602,85</b>
339014 Diárias - Pessoal Civil	252.008,73	104.232,82	252.008,73	104.232,82	-	-	252.008,73	104.232,82
339030 Materiais De Consumo	574.638,07	792.081,47	489.316,47	611.763,24	85.321,60	180.318,23	489.316,47	611.763,24
339033 Passagens E Despesas Com Locomoção	215.491,37	142.859,19	157.634,53	127.921,26	57.856,84	14.937,93	157.634,53	127.921,26
339036 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	2.800,00	7.550,00	2.800,00	7.550,00	-	-	2.800,00	7.550,00
339037 Locações De Mão-De-Obra	3.548.571,79	3.411.580,72	3.219.333,73	2.983.867,43	329.238,06	427.713,29	3.219.333,73	2.983.867,43
339039 Outros Serviços De Terceiros PJ	2.227.659,75	2.344.051,52	1.925.064,98	1.971.934,34	302.594,77	358.330,51	1.925.064,98	1.971.934,34
339047 Obrigações Tributárias E Contributivas	14.845,89	16.815,49	14.845,89	16.815,49	-	-	14.845,89	16.815,49
339092 Despesas De Exercícios Anteriores	212,59	2.630,47	212,59	2.630,47	-	-	212,59	2.630,47
339093 Indenizações e Restituições	17.849,72	167.887,80	17.849,72	167.887,80	-	-	17.849,72	167.887,80
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>								
<b>Grupos de Despesa</b>	<b>Empenhada</b>		<b>Liquidada</b>		<b>RP não Processados</b>		<b>Valores Pagos</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>4. Investimentos</b>	<b>157.534,76</b>	<b>294.631,44</b>	<b>16.155,34</b>	<b>36.849,70</b>	<b>141.379,42</b>	<b>257.781,74</b>	<b>16.155,34</b>	<b>36.849,70</b>
449052 Equipamentos e Material Permanente	157.534,76	294.231,74	16.155,34	36.450,00	141.379,42	257.781,74	16.155,34	36.450,00
449092 Despesas de Exercício Anteriores	-	399,70	-	399,70	-	-	-	399,70
<b>5. Inversões Financeiras</b>								
<b>6. Amortização da Dívida</b>								

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Quadro 11 - A.4.15.2 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos de movimentação - UG FUNAPOL – 200339

Valores em R\$ 1,00

<b>DESPESAS CORRENTES</b>								
<b>Grupos de Despesa</b>	<b>Empenhada</b>		<b>Liquidada</b>		<b>RP não processados</b>		<b>Valores Pagos</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>7. Despesas de Pessoal</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>8. Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>9. Outras Despesas Correntes</b>	<b>1.879.229,19</b>	<b>1.570.166,55</b>	<b>1.879.229,19</b>	<b>1.285.759,94</b>	-	<b>284.406,61</b>	<b>1.879.229,19</b>	<b>1.285.759,94</b>

339014 Diárias - Pessoal Civil	1.732.017,08	1.210.078,59	1.732.017,08	1.210.078,59	-	-	1.732.017,08	1.210.078,59
339030 Materiais De Consumo	34.919,28	288.152,42	34.919,28	8.451,81	-	279.700,61	34.919,28	8.451,81
339036 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	54.953,00	26.150,00	54.953,00	26.150,00	-	-	54.953,00	26.150,00
339039 Outros Serviços De Terceiros PJ	57.339,83	39.811,94	57.339,83	35.105,94	-	4.706,00	57.339,83	35.105,94
339092 Despesas De Exercícios Anteriores	-	5.973,60	-	5.973,60	-	-	-	5.973,60
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
<b>10. Investimentos</b>								
449051 Obras e Instalações	5.261,25	-	5.261,25	-	-	-	5.261,25	-
449052 Equipamentos e Material Permanente	5.297,20	26.083,00	5.297,20	26.083,00	-	-	5.297,20	26.083,00
<b>11. Inversões Financeiras</b>								
<b>12. Amortização da Dívida</b>								

FONTE: SIAFI GERENCIAL

## 5 - TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

### 5.1 - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.

QUADRO 12 - A.5.1. - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA Valores em R\$ 1,00 DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
21211.11.00	Fornecedores por Insuficiencia De Créditos/Recursos				
21212.11.00	Pessoal a PG por Insuficiencia De Créditos/Recursos				
21213.11.00	Encargos por Insuficiencia De Créditos/Recursos				
21215.22.00	Obrig. Tribut. Por Insuficiencia De Creditos/Recursos				
21219.22.00	Deb. Diversos por Insuficiencia De Créditos/Recursos				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2012
200338	-	-	-	-	-
200339	-	-	-	-	-
<b>Razões e Justificativas:</b> Em consulta os saldos das contas mencionadas aparecem zeradas em 31/12/2012.					

Fonte: SIAFI

### 5.2 - MOVIMENTAÇÃO E SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.

Quadro 13 - A.5.2.1 – 200338 -TESOURO - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2012	-	-	-	-
2011	-	-	-	-
2010	139.176,24	2.093,19	137.083,05	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2012	916.390,69	88.532,07	840.537,83	-
2011	1.252.868,37	227.258,98	774.911,18	88.532,07
2010	538.316,11	143.503,70	378.231,38	16.581,03
<b>Observações:</b> Exceto as considerações expostas adiante, não há nenhuma análise adicional digna de registro.				

Fonte: SIAFI Gerencial

OBS.: Saldos a pagar em 31/12: Montante Inscrito – Cancelados – Pagos = saldo a pagar em 31/12.

Quadro 14 - A.5.2.2 – 200339 -FUNAPOL - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2012	-	-	-	-
2011	-	-	-	-
2010	-	-	-	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2012	-	33.534,66	279.794,08	-
2011	284.406,61	65.276,31	81.590,68	33.534,66
2010	1.458.765,66	33.629,12	1.407.337,35	17.799,19
<b>Observações:</b> Exceto as considerações expostas adiante, não há nenhuma análise adicional digna de registro.				

Fonte: SIAFI Gerencial

OBS.: Saldos a pagar em 31/12: Montante Inscrito – Cancelados – Pagos = saldo a pagar em 31/12.

### 5.3 - INFORMAÇÕES SOBRE SUPRIMENTO DE FUNDOS

QUADRO 15 - A.5.8 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (SF)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Conta Tipo "B"	Valores		Total Geral
			CPGF		
			Saque	Fatura	
200338	Departamento de Polícia Federal – Tesouro Nacional – SR/DPF/DF	n/a	-	-	-
200339	Departamento de Polícia Federal – Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL – SR/DPF/DF-	n/a	78.950,60	40.843,91	119.794,50
	<b>Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF</b>		78.950,60	40.843,91	119.794,50

FONTE: SIAFI

QUADRO 16 - A.5.10 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	200339	Limite de Utilização da UG	n/a		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Marcos Fábio de Souza	357.793.901-00	10.000,00	2.150,00	2.489,61	4.639,61
Hermes Bispo Coelho	225.987.821-00	10.000,00	2.090,00	1.740,10	3.830,10
Marco Giovanni Clemente Conde	110.075.148-33	7.900,00	0,00	423,71	423,71
Regime Especial/Regime Especial – Caráter Sigiloso*	Regime Esp./Reg. Esp. VS*	n/a	74.710,60	36.190,49	110.901,10
<b>Total Utilizado pela UG</b>			78.950,60	40.483,91	119.794,52
<b>Total Utilizado pela UJ</b>			78.950,60	40.483,91	119.794,52

\* Informação resguardada por sigilo, conforme disposto no Termo de Classificação do DFF, IN ° 69/2012-DG/DPF e em observância ao §1° do art. 4° da Decisão Normativa TCU N° 108/2010.

Fonte: SIAFI

QUADRO 17 - A.5.11 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA) Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012	-	-	120	92.865,00	26	36.190,49	129.055,49
2011	-	-	35	29.050,00	22	28.493,01	57.543,01
2010	-	-	84	51.805,00	24	10.919,47	62.724,47

Fonte: Siafi

QUADRO 18 - A.5.12 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CPGF)

Suprimento de Fundos						
TIPO	CPGF*					
Situação	2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	25	119.794,52	12	55.797,15	24	57.582,80

\* No período analisado não houve a utilização de Conta Tipo B

Como citado em item anterior, as despesas com Suprimento de Fundos no Regime Especial de Execução, na UG FUNAPOL, que demonstraram efetivo crescimento, decorreram especialmente do incremento das atividades e operações policiais, peculiares ao DPF, conforme previsão do art. 47, do Decreto nº 93.872/86 e que serão justificadas e demonstradas no item “12 – OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO”.

## 6 - GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

### 6.1 - INFORMAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE.

QUADRO 19 - A.6.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	10
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	-
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-



2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	23
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	-
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	01
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	-
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	
4.1. Doença em Pessoa da Família	-
4.2. Capacitação	02
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	-
5.2. Serviço Militar	-
5.3. Atividade Política	-
5.4. Interesses Particulares	-
5.5. Mandato Classista	-
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	-
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>36</b>

Fonte: SRH/DR/DPF/DF

### 6.1.1 Qualificação da Força de Trabalho

QUADRO 20 - A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>				
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	4	-	-
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	-	-	-
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	5	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	-	31	-	-
1.2.5. Aposentados	-	37	-	-
<b>2. Funções Gratificadas</b>				
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	21	-	-
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	-	-	-	-

Fonte: SRH/DR/DPF/DF

QUADRO 21 - A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	0,54%	3,79%	25,20%	63,41%	-	0,27%	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-

2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	1,08%	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	0,81%	4,88%	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	-	0,54%	3,79%	26,01%	69,37%	-	0,27%	-

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

**Fonte:** SRH/DR/DPF/DF

## 6.1.2 - Demonstração dos Custos de Pessoal

Quadro 22 - A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Valores em R\$ 1,00

Tipologia e Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de exercícios anteriores	Decisões judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais despesas variáveis
<b>Membros de poder e agentes públicos</b>											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão</b>											
Exercícios	2012	41.184.312,38	7.485,10	4.844.957,85	1.314.302,90	1.408.813,48	1.011.026,67	2.266,04	12.745,68	239.611,88	50.025.521,98
	2011	40.299.269,98	8.853,51	4.779.101,29	1.352.356,43	1.377.518,58	985.305,61	13.069,31		158.963,64	48.974.438,35
	2010	39.988.543,99	6.005,68	4.815.259,41	1.318.044,15	1.418.775,31	515.261,89	2.101,48	20.279,26	122.419,20	48.206.690,37
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2012					52.810,00		157.185,86			209.995,86
	2011					39.024,00		116.940,36			155.964,36
	2010					36.571,92		117.574,66			154.146,58
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2012	1.057.399,43		95.996,76	22.954,75	21.269,31	14.239,00			3.580,13	1.215.439,38
	2011	1.114.616,64		107.048,52	32.206,60	26.255,04	11.742,00	283,58			1.292.152,38
	2010	1.355.335,93		97.605,96	50.654,04	32.639,80	2.437,00				1.538.672,73
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											

<b>Exercícios</b>	<b>2012</b>										
	<b>2011</b>										
	<b>2010</b>										
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
<b>Exercícios</b>	<b>2012</b>	<b>860.178,30</b>	<b>73.207,61</b>	<b>84.998,36</b>	<b>33.866,39</b>	<b>13.984,00</b>	<b>22.581,80</b>		<b>2.647,11</b>	<b>7.945,30</b>	<b>1.099.408,87</b>
	<b>2011</b>	<b>592.857,14</b>	<b>63.483,27</b>	<b>59.660,71</b>	<b>32.398,77</b>	<b>10.032,00</b>	<b>10.308,10</b>	<b>96,74</b>		<b>4.050,11</b>	<b>772.886,84</b>
	<b>2010</b>	<b>846.640,42</b>	<b>73.753,09</b>	<b>78.428,54</b>	<b>26.142,83</b>	<b>14.288,00</b>	<b>25.265,99</b>			<b>3.288,49</b>	<b>1.067.807,36</b>
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
<b>Exercícios</b>	<b>2012</b>	<b>3.434.719,96</b>	<b>66.032,81</b>	<b>361.100,16</b>	<b>95.311,21</b>	<b>78.875,23</b>	<b>47.994,07</b>	<b>124,44</b>	<b>757,30</b>	<b>13.009,29</b>	<b>4.097.924,47</b>
	<b>2011</b>	<b>4.020.032,78</b>	<b>79.783,07</b>	<b>394.198,31</b>	<b>119.440,19</b>	<b>90.921,76</b>	<b>64.297,20</b>	<b>844,44</b>		<b>13.300,85</b>	<b>4.782.818,60</b>
	<b>2010</b>	<b>3.804.909,26</b>	<b>72.667,30</b>	<b>369.979,91</b>	<b>95.105,00</b>	<b>86.414,16</b>	<b>65.356,46</b>			<b>14.316,33</b>	<b>4.508.748,42</b>

Fonte: SRH/DPF/DF

### 6.1.3 - Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

QUADRO 23 - A.6.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>		
1.1 Voluntária	30	8
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	-	-
1.4 Outras	-	-
<b>2. Proporcional</b>		
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsória	-	-
2.3 Invalidez Permanente	7	-
2.4 Outras	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>37</b>	-

Fonte: SRH/DR/DPF/DF

### 6.1.4 - Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.

Não há no âmbito desta Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Distrito Federal, controle específico para verificar esta acumulação indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos, estando esta função atribuída ao Setor de Recursos Humanos-SRH/SR/DPF/DF juntamente ao órgão correccional local COR/SR/DPF/DF.

### 6.1.5 - Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Esta Superintendência de Polícia Federal no Distrito Federal não possui indicadores gerenciais para recursos humanos. Neste contexto, em regra, segue-se indicadores parametrizados pela Direção Geral ou Órgãos Centrais.

A Diretoria de Gestão de Pessoal, órgão central responsável por toda política de gestão da área, informa que não há, na Polícia Federal, indicadores gerenciais sobre recursos humanos estruturados.

Vem sendo realizadas pesquisas sobre clima organizacional e existe projeto de implantação de Gestão por Competência e a criação de um sistema informatizado que dará suporte ao projeto. A partir da implantação da Gestão por Competências no âmbito da Polícia Federal serão criados os indicadores Gerenciais citados.

## 6.2 – TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

### 6.2.1 - Informações sobre contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

Quadro 24 - A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e vigilância ostensiva.

<b>Unidade Contratante</b>														
<b>Nome: Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal – SR/DPF/DF</b>														
<b>UG/Gestão: 200338 / 00001</b>							<b>CNPJ: 00.394.494/0024-22</b>							
<b>Informações sobre os contratos</b>														
Ano do contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2011	L	O	03/2011	SERVEGEL 01.608.603/000 1-33	02/05/11	01/05/13	19	20						P
2010	V	O	04/2010	BRAVA 02.081.574/000 2-48	01/01/10	31/12/13	34	35						P

**Observação:**

**LEGENDA**  
**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.  
**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.  
**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  
**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.  
**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SIASG, e-log, Gestores de Contratos

## 6.2.2 - Informações sobre Locação de Mão de Obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos

QUADRO 25 - A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

<b>Unidade Contratante</b>														
<b>Nome: Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal – SR/DPF/DF</b>														
<b>UG/Gestão: 200338 / 00001</b>							<b>CNPJ: 00.394.494/0024-22</b>							
<b>Informações sobre os contratos</b>														
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2010	03	O	03/2010	MA RESENDE 04.387.843/00 01-43	20/01/10	19/01/14	04	04						P
2009	02	O	15/2009	ENGEPROM 04.762.861/00 01-68	01/06/09	30/06/12	08	08	18	18	01	01		P
2012	01	O	06/2012	WIVVO 08.656.163- 0001/39	01/03/12	28/02/13			28	28				A
2012	01	O	07/2012	ADSERTE 08.139.629/00 01-29	02/01/13	01/01/14			20	20				A

**LEGENDA****Área:**

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
7. Outras.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SIASG, e-log, Gestores de Contratos

### 6.2.3 - Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO 26 - A.6.19- COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ETAGIÁRIOS

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágios vigentes				Despesas no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º trimestre	
<b>1. Nível Superior</b>					
1.1 Área Fim	-	-	-	-	-
1.2 Área Meio	<b>25</b>	<b>25</b>	<b>25</b>	<b>25</b>	<b>155.001,13</b>
<b>2. Nível Médio</b>					
2.1 Área Fim	-	-	-	-	-
2.2 Área Meio	<b>12</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	<b>54.994,67</b>
<b>3 Totais (1+2)</b>	<b>37</b>	<b>37</b>	<b>37</b>	<b>35</b>	<b>209.995,80</b>

Fonte: SRH/SR/DPF/DF

A Gestão de Pessoas, nesta SR/DPF/DF é vinculada às decisões relacionadas a Gestão de Pessoas do Órgão Central, cabendo ao Setor de Recursos Humanos a parte de confecção da folha de pagamento e instrução de processos. Não é de nosso conhecimento a existência de mecanismos de controle, gerenciamento e acompanhamento único. Os mecanismos utilizados como indicadores são informações extraídas os Sistema SIAPE e de planilhas confeccionadas para o controle interno.

## 7 - GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO

### 7.1 - GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS OU LOCADOS DE TERCEIROS.

Além da legislação federal que trata da questão dos veículos o DPF publicou a Instrução Normativa nº 03/2009, de 05/03/2009, que disciplina a classificação, identificação, licenciamento, responsabilização e controle de uso dos veículos do DPF e dá outras providências.

Na atividade policial, é imprescindível a utilização de veículos para se atingir seus fins. Além do atendimento de ocorrências de flagrante, há a necessidade de deslocamento para realização de levantamentos de campo, monitoramento e vigilância policial além de atendimento às requisições de perícia, de varreduras e ocorrências de possíveis artefatos explosivos. Essa multiplicidade de ações exige, também, toda uma gama de diferentes veículos. Há necessidade de viaturas ostensivas, viatura antibomba, viaturas veladas e com placas vinculadas, viaturas específicas de perícia etc.

Vale lembrar que a circunscrição da SR/DPF/DF não se restringe ao Distrito Federal, mas também abrange 33 municípios do estado de Goiás.

Durante o exercício de 2012, foram gastos os seguintes valores com a manutenção da frota:

ND	Discriminação	Valor empenhado	Valor pago	RP
	combustíveis e lubrificantes			
33903001	automotivos	265.787,87	235.275,86	30.512,01
33903039	material p/ manutenção de veículos	205.290,00	168.648,21	36.641,79
33903919	manutenção e cons. de veículos	85.000,00	73.139,66	11.860,34
	<b>Total</b>	<b>556.077,87</b>	<b>477.063,73</b>	<b>79.014,14</b>

Além das despesas acima elencadas vale ressaltar que a SR/DPF/DF possui lavajato próprio cuja mão-de-obra é fornecida via contrato de limpeza e conservação contando com dois postos de lavadores de veículos.

A idade média da frota é de cerca de oito anos o que denota a necessidade urgente de se renová-la. Esse processo de renovação é conduzido pela Diretoria de Adm. e Logística Policial – DLOG em âmbito nacional. No entanto, visando diminuir os veículos considerados anti-econômicos ou inservíveis, foram doados, em 2012, para prefeituras e para a Agência Goiana Prisional cerca de 15 veículos.

Para efetuar o controle da frota esta SR/DPF/DF dispõe de um módulo de controle de viaturas no sistema SIGEPOL, onde as chefias autorizam a determinado servidor o uso da Viatura a cargo daquele setor. É controlado o horário de saída e entrada da viatura bem como a quilometragem inicial e final.

Para atender à demanda, a SR/DPF/DF conta com 95 veículos próprios e ainda conta com veículos apreendidos em operações policiais com autorização de uso na atividade policial, sobretudo na Delegacia de Repressão a Entorpecentes – DRE.

## 7.2 - GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO PRÓPRIO OU LOCADOS DE TERCEIROS.

Quadro 27 - A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	<b>Distrito Federal</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
	Brasília	1	1
	<b>Subtotal Brasil</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
EXTERIOR	-	0	0
	<b>Subtotal Exterior</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	<b>Total (Brasil + Exterior)</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

Fonte: SELOG/SR/DPF/DF

Quadro 28 - A.7.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200338	9701 32582.500-0	Adm. Federal Direta	Bom	4.086.324,28	27/12/2012	4.086.324,28	1.641.662,73	452.940,72

Fonte: SELOG/SR/DPF/DF



Obs.:

- 1) O RIP foi desmembrado no ano de 2012. Portanto, o valor histórico está igual ao valor reavaliado.
- 2) As despesas com manutenção referem-se ao contrato de manutenção predial sob a responsabilidade da SR/DPF/DF, mas que atende à todas as unidades do DPF localizadas no SPS.
- 3) Despesas com manutenção do imóvel referem-se ao contrato de manutenção predial que atende a todas as unidades do DPF no SPS.
- 4) Despesas com instalações referem-se ao contrato de limpeza e conservação.

## 8 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

### 8.1 - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.

Quadro 29 - A.8.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada

<b>Quesitos a serem avaliados</b>	
<b>1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
<input type="checkbox"/>	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	Designou formalmente um comitê de TI para <b>auxiliá-la nas decisões</b> relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
<b>2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
<input checked="" type="checkbox"/>	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
<input type="checkbox"/>	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
<input type="checkbox"/>	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
<b>3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	Auditoria de governança de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de sistemas de informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de segurança da informação.

	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
<b>4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:</b>	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
X	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
<b>5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:</b>	
X	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
<b>6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:</b>	
X	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
X	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
X	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
<b>7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre</b>	
	(N/A) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(N/A) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(N/A) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(N/A) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(N/A) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(N/A) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
<b>8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)</b>	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
X	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<b>9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?</b>	

	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
<b>X</b>	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
<b>Comentários</b>	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
O Plano Estratégico da Polícia Federal não contempla indicadores e metas. Porém, está em execução o Projeto “Construção de Indicadores de Desempenho do Plano Estratégico da Polícia Federal (2010-2022)”, cujo objetivo é o desenvolvimento e a implantação de técnicas para monitoramento do alcance dos objetivos institucionais.	

## 9 - GESTÃO DE RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

### 9.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Quadro 30 - A.9.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.				<b>X</b>	
Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	<p>As Licitações são realizadas de acordo com, a <b>IN n.º 01/2010 SLTI/MPOG- SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</b></p> <p>Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedecem às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;</p> <p>– Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;</p> <p>- Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;</p> <p>- Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;</p> <p>- Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;</p> <p>- Separar os resíduos recicláveis descartados pela Contratante e destinar às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis nos termos do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006; 24.1.7 - Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.</p>				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente			<b>X</b>		

adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.					
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.			X		
Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	Não foi possível mensurar os resultados oriundos da utilização de de torneiras automáticas e lâmpadas econômicas				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	<b>Papel reciclado A4</b>				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	<b>Toners e Cartuchos de impressão</b>				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
Considerações Gerais: <b>Metodologia utilizada pela UJ para analisar os quesitos:</b> A Comissão Permanente de Licitações lida diretamente com várias questões inerentes aos quesitos supracitados, tendo sido o questionário respondido por 01 (um) funcionário lotado no referido setor.					
<b>LEGENDA</b> <b>Níveis de Avaliação:</b> <b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. <b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. <b>(3) Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. <b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					

**(5) Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Fonte: CPL/SR/DPF/DF

## 9.2 - CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Quadro 31 - A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão		Resultados			
Não houve adesão de Programas de Sustentabilidade no exercício de 2012.						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
Água	5.502m <sup>3</sup>	6.793m <sup>3</sup>	7.587m <sup>3</sup>	84.110,41	95.083,06	100.324,56
Energia Elétrica	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
			<b>Total</b>	84.110,41	95.083,06	100.324,56

Fonte:SELOG/SR/DPF/DF

Em relação ao consumo de papel, fomos informados pelo SELOG/SR/DPF/DF, que não dispomos de informação precisa, pois nos exercícios de 2010 e 2011 o sistema de almoxarifado era gerido em programa próprio local, Sistema de Material de Consumo-SMC 2012, o qual foi migrado e extinto paulatinamente, no exercício de 2012, para implantação do sistema central “e-log”, cujo módulo almoxarifado foi implantado em plena capacidade somente em 2013.

Houve notória redução nos gastos de água, tendo em vista principalmente a adoção intensa manutenção da rede hidráulica, aliado ao consumo consciente.

A Energia Elétrica é medida e administrada como um todo no complexo policial pelo órgão central COAD/DLOG, sendo esta SR/DPF/DF, apenas um dos componentes, juntamente com outras unidades do DPF no complexo situado no Setor Policial Sul, quadra 07.

## 10 - CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

### 10.1 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDADA NA LEI N° 8.730/93

Quadro 32 - A.10.5 – Demonstração do cumprimento, por autoridades e Servidores da obrigação de entregar Declaração de Bens e Rendimentos.

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	26	26	26
	Entregaram a DBR	26	26	26
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

### Análise Crítica

O Setor de Recursos Humanos (SRH) da Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal vem cumprindo as obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/1993, de maneira que todos os servidores desta Unidade Jurisdicionada que estão obrigados, por força de lei, à entrega das suas Declarações de Bens e Rendas (DBR), são instados a fazê-lo anualmente.

Adicionalmente, os servidores desta Unidade também têm autorizado o acesso das suas Declarações Anuais de Ajuste de Imposto de Renda, apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil, por intermédio de assinatura e entrega ao SRH de Termo de Autorização de Acesso, cujo modelo de documento foi estabelecido pela Coordenação de Recursos Humanos do DPF, para fins de cumprimento da exigência contida no parágrafo 4º do art. 13 da Lei nº 8.429, de 1992, tendo em vista o disposto no parágrafo 2º do art. 3º do Decreto nº 5.483, de 30 de junho de 2005.

Informa-se, ainda, que o gerenciamento do recebimento das declarações é feito através de planilha eletrônica, programa EXCEL. As declarações chegam ao SRH em papel, através do Setor de Protocolo. Após registro são arquivadas nos assentamentos funcionais dos servidores.

Por fim, o SRH informa que as declarações são entregues lacradas, em envelope pardo, não existindo qualquer análise quanto a eventuais incompatibilidades de patrimônio com a renda declarada, diante da preservação do sigilo fiscal.

## 10.2 - DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

Os dados dos contratos e convênios encontram-se cadastrados nos sistemas SIASG e SICONV, conforme se depreende de Declaração do Gestor, abaixo:

Quadro 33 - A.10.6 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

<p style="text-align: center;"><b>DECLARAÇÃO</b></p> <p>Eu, <b>FLAVIA MARIA XAVIER CARTAXO SALGADO</b>, CPF nº <b>565.029.311-20</b>, matrícula DPF nº <b>13397</b>, <b>Agente Administrativo</b>, exercício no <b>Setor de Logística e Administração Policial-SELOG/SR/DPF/DF</b>, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.</p> <p style="text-align: center;">Brasília, 10 de março de 2013.</p> <p style="text-align: center;"> <b>FLAVIA MARIA XAVIER CARTAXO SALGADO</b> CPF nº <b>565.029.311-20</b> <b>Agente Administrativo</b>, matrícula DPF nº <b>13397</b> <b>SR/DPF/DF</b></p>
--

## 11 - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

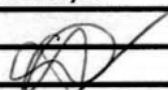
### 11.1 - INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE

Esta Unidade tem tomado providências para implementação dos critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, em especial ao que concerne à Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos, seguindo as orientações da Setorial Contábil, aplicadas a cada caso. Cabe salientar que encontramos dificuldades na implementação de algumas rotinas, principalmente face problemas em sistema próprio de controle de bens permanentes, já relatadas às instâncias superiores.

### 11.2 - DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Segue, a Declaração do Contador da Unidade Gestora.

QUADRO 34 - A.11.2 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>Denominação completa (UJ)</b>			<b>Código da UG</b>
SUPERINTENDENCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL - SR/DPF/DF			200338 - 200339
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b> , em relação à UG 200338, no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI. Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:			
a) a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;			
b) o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e			
c) a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.			
Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
<b>Local</b>	<b>Brasília /DF</b>	<b>Data</b>	<b>31/01/2013</b>
<b>Contador Responsável</b>	<b>CHEILA ANDRADE MEDEIROS</b> 	<b>CRC nº</b>	<b>DF-015371/O-4</b>

## 12 – OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

### 12.1 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ

#### 12.1.1 – Atividades operacionais e de polícia judiciária desenvolvidas pela Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado - DRCOR/SRDF e delegacias vinculadas.

Cumprе esclarecer que no final de 2011 houve a alteração do Regimento Interno da Polícia Federal, com a publicação da Portaria 2877, de 30 de dezembro de 2011, do Ministro de

Estado da Justiça. A Portaria 2877 redefiniu atribuições entre as delegacias e criação de outras novas.

Desta feita, houve a ampliação das atribuições da DRCOR. Antes integrada por 4 Delegacias, passou a abarcar todas as atividades de polícia judiciária de 8 Delegacias.

### 12.1.1.1 - Dados de produtividade

Atualmente, na SRDF, há 3017 inquéritos policiais em andamento. Foram instaurados, em 2012, 1540 inquéritos policiais, enquanto foram concluídos e relatados 1339 inquéritos policiais. Este ano, foram indiciadas 977 pessoas.

No total, neste ano de 2012, foram cumpridos 147 mandados de busca. Foram cumpridos também este ano 63 mandados de prisão, além de lavrados 143 autos de prisão em flagrante, resumidos no quadro abaixo.

Quadro 35- Resumo produtividade DRCOR

Quadro-resumo*			2011	2012
ANO			Quantidade	Quantidade
Ações de Polícia Judiciária				
Mandados de busca	(Gráfico 1)		17	147
Mandados de Prisão	(Gráfico 1)		12	63
Flagrantes	(Gráfico 1)		122	143
Veículos apreendidos	(Gráfico 2)		22	104
Sequestro de bens	(Gráfico 2)		5	144
IPL em andamento	(Gráfico 3)		3018	3017
IPL instaurados	(Gráfico 3)		2166	1589
IPL relatados	(Gráfico 3)		2094	1322
Indiciados	(Gráfico 3)		729	1048
Entorpecentes (Gráfico 4)	Cocaína		143,31	177,98
	Maconha		100,66	324,78
	Ecstasy		20.140	174
	Roupinol		-	300
Bens e valores indisponibilizados		(Gráfico 5)	R\$4.550.002,54	R\$89.129.386,46**

\*Fonte: Siscart e MPF.

\*\* Operação Monte Carlo, referente ao sequestro e indisponibilidade de 135 bens móveis e imóveis, que alcançaram o montante de aproximadamente 81 milhões de reais.

Operação Perfídia (DELEINQUE): referente ao bloqueio e indisponibilidade de 2 bens, que alcançaram o valor de R\$7.043.516,46, em 2012; e 5 bens móveis e imóveis no valor de R\$4.550.002,54, em 2011.

Operações de repressão ao tráfico (DRE): referente ao bloqueio e indisponibilidade de 13 bens móveis e imóveis, que alcançaram o valor de R\$1.085.870,00, em 2012.

Operações de repressão a crimes de contrabando e de natureza fazendária (DELEFAZ): referente ao bloqueio e indisponibilidade de bens móveis e imóveis, que alcançaram o valor de R\$1.571.557,00, em 2012.

Gráfico 1 – Comparativo procedimentos

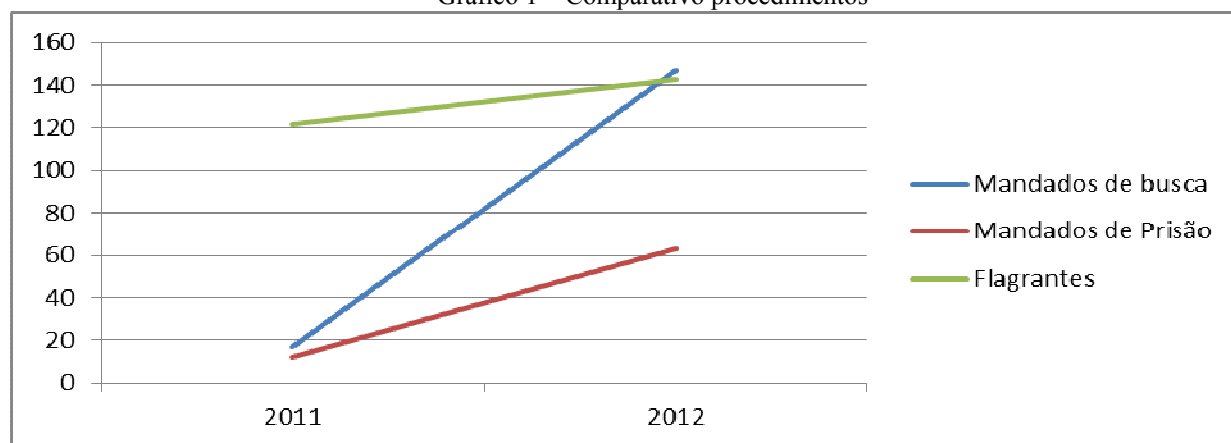




Gráfico 2 – Comparativo resultados

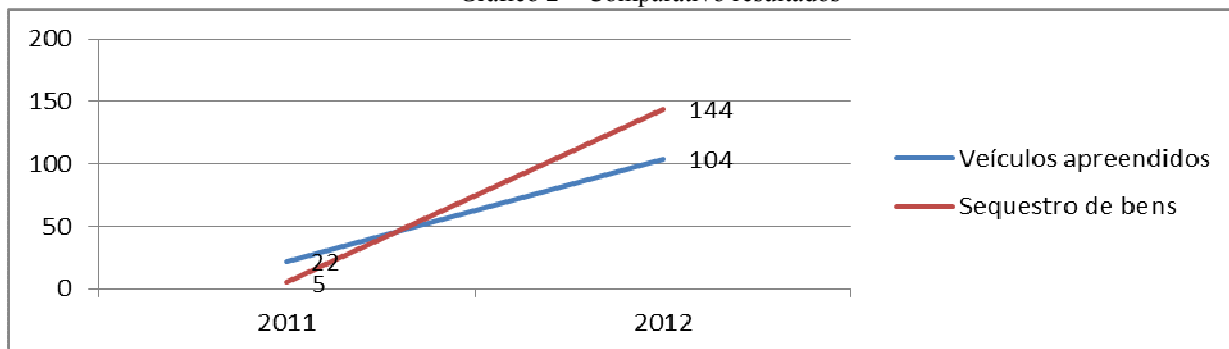


Gráfico 3 - Comparativo IPL's

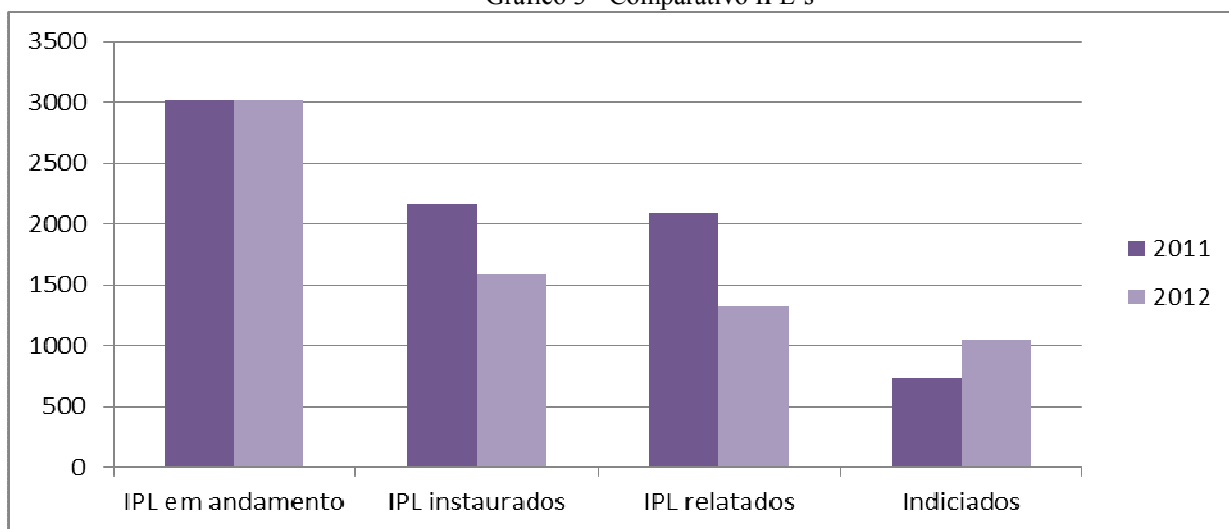


Gráfico 4 - Comparativo apreensões drogas (em Kg)

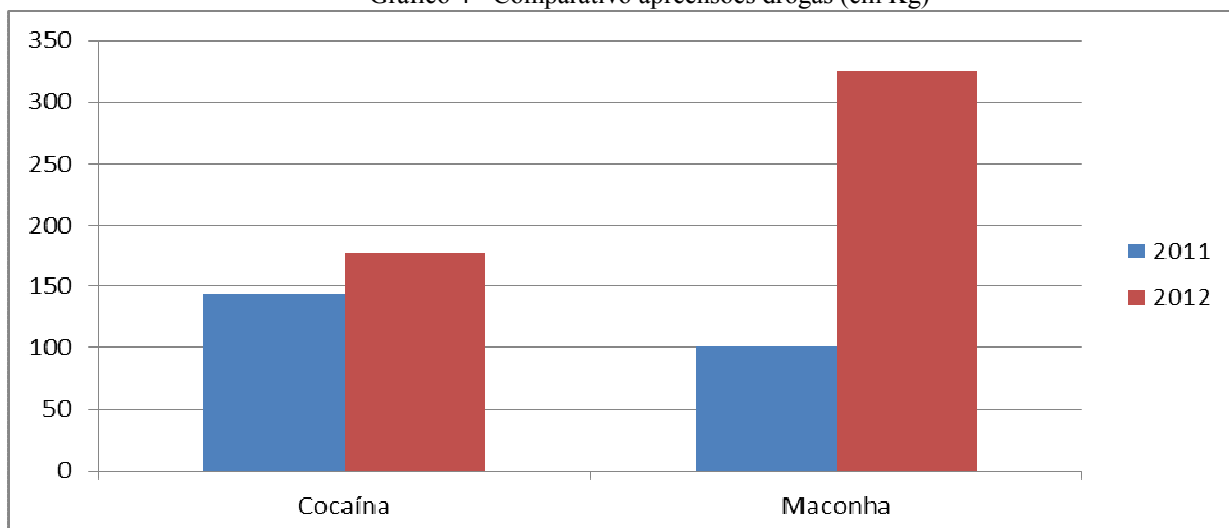
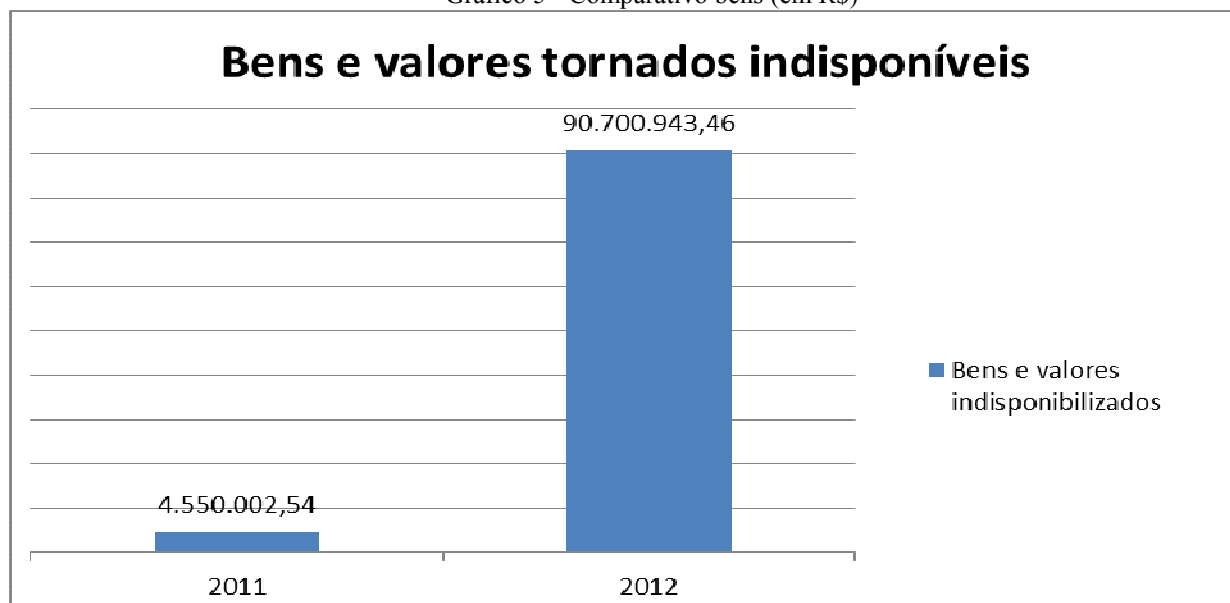


Gráfico 5 - Comparativo bens (em R\$)



### 12.1.1.2 – Operações Policiais

#### a) DELEGACIA DE REPRESSÃO A ENTORPECENTES – DRE

##### Operação Resgate 1 – DRE/SRDF

Repressão ao tráfico de drogas de varejo na Região Administrativa da CEILÂNDIA, em parceria com a ROTAM/PMDF. Foi deflagrada em abril de 2012, com a prisão de 2 pessoas em flagrante, apreensão de 6 kg de cocaína e maconha, além de 3 armas de fogo.

##### Operação Resgate 2 - DRE/SRDF

Repressão ao tráfico de varejo em Sobradinho II e DNOCS. Foram 21 mandados de busca cumpridos, lavrados 2 flagrantes e 2 TCs. A operação foi deflagrada dia 21 de dezembro de 2012.

##### Operação Roquedal – DRE/SRDF

Operação policial de repressão ao tráfico de drogas em NOVO GAMA - GO, que resultou na apreensão de 2 kg de haxixe, 40 kg de cocaína e 32 mil dólares, 125 mil reais de cédulas falsas e 9 armas de fogo, 600 munições de diversos calibres, 6 veículos apreendidos e 2 sequestrados e em 13 imóveis sequestrados, entre terrenos e casas residenciais.

A quadrilha era constituída por um núcleo familiar (negócio de família).

A operação foi deflagrada em 9 maio de 2012. Foram 26 prisões, com 30 pessoas denunciadas em ação penal promovida pelo MPF. Outras Ações de Polícia Judiciária – DRE.

No ano de 2012 foi realizada a incineração de 178 kg de substâncias entorpecentes.

Resumo da Atividades DRE			
Tipo	Qtde	Valor	Obs.
Veículos	27	R\$ 630.870,00	Valor alcançado a partir da avaliação realizada por peritos criminais.
Imóveis	13	R\$ 455.000,00	Lotes em NOVO GAMA-GO, à média de 35 mil reais, segundo pesquisas em jornais classificados e sites especializados em imóveis.
<b>Total</b>		<b>R\$ 1.085.870,00</b>	

## **b) DELEGACIA DE REPRESSÃO AS CRIME FINANCEIROS – DELEFIN**

### **Operação Hocus Pocus**

Desarticulação de quadrilha que operava fraudes no sistema financeiro, com a transferência fraudulenta de importâncias elevadas mediante a cooptação de funcionários de instituições financeiras. Foi realizada 1 prisão em flagrante.

Outras ações de polícia judiciária

7 Mandados de busca cumpridos no interesse da instrução de inquérito policial que investiga a concessão de financiamentos mediante gestão fraudulenta perpetrada por ex-gerente do Banco do Brasil.

## **c) DELEGACIA DEFESA INSTITUCIONAL – DELINST**

### **Operação LIMITE**

Objetivo: Apurar as circunstâncias da morte do APF TAPAJÓS, ocorrido em 14/07/2012, no Cemitério Campo da Esperança, em Brasília/DF.

Foram cumpridos 4 mandados de busca.

Deflagração em dia 14 de agosto de 2012.

Resultados: Foram identificados e presos os autores do crime, encontrada a arma de fogo utilizada no delito, e recuperados os bens subtraídos do APF Tapajós.

## **d) DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES CONTRA O PATRIMONIO - DELEPAT INQUÉRITOS POLICIAIS (01/01/2012 a 18/12/2012):**

IPL's Instaurados	54
IPL's Relatados	54
IPL's em Andamento	78
IPL's Redistribuídos	136
RE's em andamento	02
TC's instaurados	02
Cumprimento de MBA	05
Cumprimento de MPP	06

### **Operação ENTRONCAMENTO**

Reprimir os assaltos a ônibus interestaduais nas BR's 040 e 050, próximo a Cristalina/GO, em conjunto com a Polícia Rodoviária Federal e Guarda Municipal de Cristalina/GO.

Atuação DELEPAT/DF: Tratamento das informações de inteligência recebida pela PRF, interceptação telefônicas, vigilâncias e identificação dos alvos. Resultados: Prisão de 11 (onze) envolvidos e apreensão de 06 armas de fogo (revólveres)

Operação CELA

Objetivo: Prender MANOEL CAETANO RIBEIRO FILHO (que se apresentou como José Martins da Silva) foragido das dependências do plantão da SR/DPF/DF.

Atuação DELEPAT/DF: Envio de equipe a Vilhena/RO e Porto Velho/RO para a realização das buscas e representações judiciais por interceptação telefônica em Rondônia.

Resultados: Captura do foragido em 04/07/2012, em Porto Velho/RO, em conjunto com equipe da DRE/DF.

Operação LIMITE

Objetivo: Apurar as circunstâncias da morte do APF TAPAJÓS, ocorrido em 14/07/2012, no Cemitério Campo da Esperança, em Brasília/DF.

Atuação DELEPAT/DF: 1) Participação de todo o efetivo na primeira semana da investigação, na obtenção de informações e apoio ao DPF MORETTI; 2) Disponibilização de 02 APF's analistas para participaram integralmente da investigação; 3) Participação de todo o efetivo na deflagração da Operação no dia 14 de agosto de 2012.

Resultados: Foram identificados e presos os autores do crime, encontrada a arma de fogo utilizada no delito, e recuperados os bens subtraídos do APF Tapajós.

Operação LIMITE 2

Objetivo: Recapturar os envolvidos na morte do APF TAPAJÓS que foram beneficiados por liberdade provisória da 2ª Vara Criminal do Gama/DF

Atuação DELEPAT/DF: Movimentação do inquérito policial entre a 12ª Vara Federal, distribuição no TJDF e despacho com o Juiz da 6ª Vara Criminal de Brasília para a obtenção dos mandados de prisão preventiva dos envolvidos. Coordenação e execução da recaptura dos envolvidos, inclusive em São Paulo/SP.

Resultados: Prisão dos 04 envolvidos no crime, inclusive do executor do APF TAPAJÓS, preso em São Paulo/SP, com o auxílio da SR/DPF/SP.

Operação RECONSTITUIÇÃO

Objetivo: Coordenar e executar, juntamente com o SETEC/DF, a realização de uma reprodução simulada dos fatos (reconstituição) de um homicídio ocorrido próximo às dependências da Agência da CEF no Setor Sudoeste/DF, em cumprimento a ordem judicial da 10ª Vara Federal do DF

Atuação DELEPAT/DF: Coordenação com CEF, DETRAN, PMDF, MPF sobre a realização da diligência, localização de testemunha em Nova Russas/CE e providências para sua participação da diligência, e execução da reprodução em apoio ao PCF ALONSO.

Resultado: Efetiva realização da reconstituição, com todos os envolvidos presentes na ocasião.

### **Operação DESCOBERTO (em andamento)**

Identificar a quadrilha responsável por executar os roubos às Agências da CEF em Santo Antônio do Descoberto/GO e Alexânia/GO;

Atuação DELEPAT/DF: Instauração de IPL, representação por medidas cautelares, investigação e identificação de parte dos autores;

Resultados: Investigação em andamento. Um dos autores fora preso em flagrante pela PCDF, após informação da DELEPAT/DF.

### **e) DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES FAZENDÁRIOS – DELEFAZ**

Ações Executadas:

<b>OPERAÇÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>PRISÕES</b>	<b>MBA</b>	<b>VALOR APURADO</b>
ANATEL	Jan/12	Fechamento de Rádio Clandestina			-
ANATEL	Mar/12	Fechamento de Rádio Clandestina	-	02	-
<b>APOIO À DPF CORUMBÁ/MS</b>	Mar/12	Cumprimento de MBA no INCRA	-	01	-
<b>BAZAR LEGAL *</b>	Mar/12	Combate ao Descaminho - Prisão em Flagrante de Servidor Público	01	01	20.000,00
<b>CEF ***</b>	Mar/12	Coibir Saque Fraudulento de Precatórios na CEF	03	01	1.000.000,00
ANATEL	Abr/12	Fechamento de Rádio Clandestina	-	01	-

OPERAÇÃO	DATA	OBJETIVO	PRISÕES	MBA	VALOR APURADO
MARCAÇÃO CERRADA **	Abr/12	Combate à Fraude no Imposto de Renda	-	02	-
ANATEL	Abr/12	Fechamento de Rádio Clandestina	-	01	-
DOC FALSO	Abr/12	Uso de Documento Falso – Servidor do Senado Federal	-	01	-
ANATEL	Abr/12	Fechamento de Rádio Clandestina	-	01	-
FEIRA I	Jul/12	Combate à Sonegação Fiscal – Feira do Paraguai	-	02	-
CIGARRO LEGAL ****	Jul/12	Combate ao Contrabando e Descaminho: Apreensão de 680 caixas de cigarros e 01 caminhão	01	-	-
ORANGE	Ago/12	Combate à Sonegação Fiscal	-	10	100.000,00
ANATEL	Ago/12	Fechamento de Rádio Clandestina	-	01	-

### Operação Monte Carlo

A Polícia Federal, em conjunto com o Ministério Público Federal em Goiás e com apoio do Escritório de Inteligência da Receita Federal, deflagrou na manhã de 29/2/2012, a Operação Monte Carlo. O objetivo da ação foi desarticular a organização que explorava máquinas de caça-níqueis e jogos de azar no Estado de Goiás. O nome da operação faz menção a um dos 11 bairros do Principado de Mônaco, onde são encontrados diversos cassinos. A operação consistiu no cumprimento de 82 mandados judiciais, sendo 37 mandados de busca e apreensão, além de 35 mandados de prisão e 10 ordens de condução coercitiva nos cinco estados. Inúmeros servidores públicos estão envolvidos no esquema criminoso.

Os policiais apreenderam 200 máquinas caça-níquel e R\$ 180 mil em uma residência. A Polícia Federal também apreendeu uma frota de 22 veículos, além de armas e jóias com a quadrilha que foi presa no dia 29 de fevereiro. Quatro estados e o Distrito Federal foram envolvidos na operação. O chefe da quadrilha, Carlinhos Cachoeira, concedia a “licença” de exploração dos pontos a donos de galpões clandestinos, localizados nas cidades goianas.

Do total de 31 pessoas presas, 19 foram detidas no Distrito Federal (3 delas em flagrante), nove em Goiás, uma no Rio de Janeiro, uma no Espírito Santo e outra em Tocantins.

No âmbito da Polícia Federal a operação foi um trabalho conjunto entre NIP e DELEFAZ com apoio da DICOR/DPF/DF.

O patrimônio bloqueado de Cachoeira e sua organização criminosa supera o valor 81 milhões de reais. Foram listados 135 imóveis e um avião, tudo isso em nome de 29 pessoas e de três empresas. Cumpre esclarecer que este valor encontra-se subestimado, sujeito a futuras revisões, pois em contato com o Ofício do Ministério Público Federal responsável pelo caso, ainda não foi informado pelos bancos o valor em pecúnia bloqueado judicialmente.

### f) DELEGACIA DE INQUÉRITOS ESPECIAIS - DELEINQUE

A Delegacia foi criada pela Portaria 2877, de 30 de dezembro de 2011, do Ministro de Estado da Justiça, que redefiniu o Regimento Interno da Polícia Federal.

Tem por atribuição apurar os delitos que tenham gerado clamor público, destacada repercussão social e que demandem a adoção de providências imediatas e contemporâneas ao ilícito penal; crimes que tenham o envolvimento contemporâneo, como autor ou vítima, de agentes públicos ou autoridades que gozem de foro especial por prerrogativa de função.

A Delegacia apresentou no decorrer do ano os seguintes trabalhos.

#### Operação Gaia

Fraude Processual, Corrupção, Peculato, Lavagem de Dinheiro e Formação de Quadrilha praticados por servidores público federais que emitiram Relatório fraudulento, beneficiando

particular e prejudicando os interesses da União. O caso já foi objeto de análise pelo Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal que, através de Laudo Pericial, comprovou a existência de materialidade, demonstrando graves vícios formais e materiais. O Relatório questionado foi emitido em 2008, mas a Polícia Federal tomou conhecimento do fato apenas em junho de 2012.

Foram identificadas 06 (seis) pessoas que atuaram efetivamente para a confecção do Relatório viciado, sendo todas agentes públicos.

PRISÃO TEMPORÁRIA da atual gestora do órgão público federal (alvo 01), CONDUÇÃO COERCITIVA de 06 (seis) pessoas, visando a prestação de depoimento/interrogatórios, e BUSCA E APREENSÃO em 04 (duas) localidades.

Há indícios do envolvimento de 01 (uma) empresa.

#### Operação Perfídia

Neste ano, houve a continuidade da operação Perfídia, com a identificação e bloqueio dos bens adquiridos pela quadrilha comandada por ex-servidora do TRT.

Operação policial que desmantelou esquema de fraudes em precatórios do TRT – 10ª Região.

A fraude fora perpetrada por servidora que adulterava ofícios de pagamentos em favor de familiares em contas bancárias a estes vinculadas.

5 (cinco) prisões temporárias, sendo que 2 (duas) foram convertidas em prisões preventivas; 6 (seis) buscas: Foram apreendidos 10 veículos;

Foram indisponibilizados 7 imóveis, os quais foram adquiridos pelos investigados em valores iniciais de R\$ 11.593.516,46.

Resumo de bens apreendidos(total)		
Bens apreendidos ou indisponibilizados	Qtde.	Valor dos bens
		R\$
Imóveis	7	11.593.519,00

Cumpra esclarecer que, muito embora a operação Perfídia tenha sido deflagrada em dezembro de 2011, a investigação patrimonial e as medidas de bloqueio de bens foram efetivadas no início de 2012.

### **g) DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE E PATRIMONIO HISTÓRICO – DELEMAPH**

#### **Operação ARES**

Destruição de 4 dragas de extração de ouro no Rio Paranã.

Alguns aspectos de gestão de expedientes e informações sobre a DRCOR/DPF/DF

Distribuição de notícias-crime

Em 2012, conforme mencionado acima, foram distribuídas para fins de instauração 1589 notícias-crime.

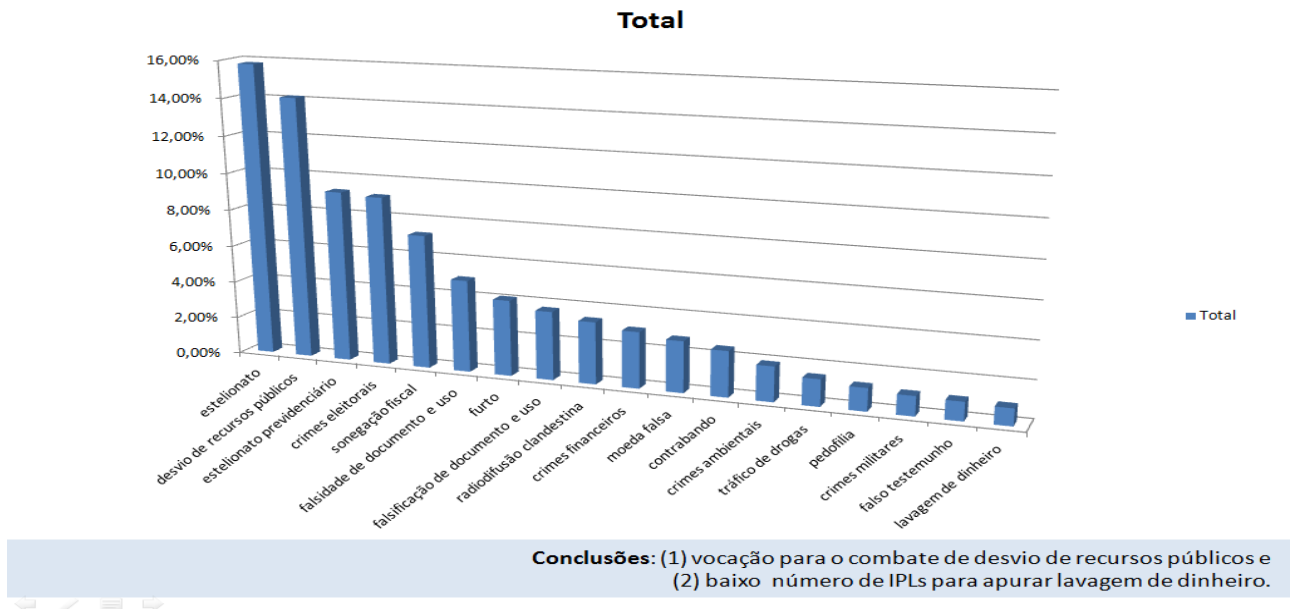
A distribuição de notícias-crime obedecem dois critérios: a distribuição equânime e a especializada.

A distribuição equânime tem por objetivo exatamente fazer diluir o esforço de trabalho entre todos os delegados da SR. Destina-se aos casos de fraudes menos sofisticadas ou delitos de fácil elucidação.

Até julho de 2012, os casos de estelionato e falsidade somavam cerca de 20%, cerca de 390 inquéritos policiais, ou seja, as incidências criminais que alcançam o maior número de inquéritos policiais. Atualmente segundo projeções seriam 440 inquéritos policiais.

Gráfico 6 - Comparativo incidências

## Principais incidências



A especialização, por sua vez, é primordial para a conclusão mais célere de inquéritos policiais. É medida necessária, uma vez que permite melhores diagnósticos para otimização de procedimentos e necessidade de efetivo. Todavia, se mantida a ferro e fogo, a especialização inviabilizaria a DELEFAZ.

A partir dessas premissas, delimitamos a distribuição equânime, do item 11 da IN 11/2001, a determinadas fatos e matérias que permitem a elucidação em poucas diligências, como estelionato e moeda falsa, por exemplo. A distribuição equânime, então, tem natureza residual, ou seja, notícias-crime que não concorrem à distribuição para as delegacias especializadas, são distribuídas de forma equânime aos delegados da SRDF, a fim de equilibrar o número de inquéritos por autoridade policial. Percebemos que esse método equalizou melhor o número de inquéritos policiais por autoridade policial.

Atualmente, não há autoridades policiais com número superior a 170 apuratórios sob suas respectivas responsabilidades. A média atual é de 150.

Há problemas pontuais, quanto ao número na DELINST e DELEMAPH, às quais disponibilizamos a ferramenta da força-tarefa, tal qual o modelo adotado em operações policiais para oitiva simultânea dos envolvidos. A DRCOR solicita apenas a apresentação do planejamento e da pauta, para expedição de OMP pela DRCOR.

A seguir as matérias que concorrem à distribuição equânime: Moeda falsa; falsidade material ou ideológica; uso de documento falso; falso testemunho; calúnia; difamação; injúria; estelionato (clonagem de cheques); ameaça; desobediência; vazamento de informações; apropriação indébita; fraude em seguro desemprego.

As delegacias especializadas, por sua vez, recebem um número de matérias limitado, aquelas que julgamos de tratamento e elucidação prioritários. Desta feita, as especializadas recebem as seguintes matérias, respectivamente:

DELEFIN: atribuições ampliadas pela Portaria 2.877, de 30 de dezembro de 2011, do Ministério da Justiça, que redefiniu o Regimento Interno da Polícia Federal:

GRDRP (grupo responsável pela repressão de crimes de desvio de recursos públicos): DL201, Lei 8666, CP 312, na contratação de obras, bens e serviço (desvio de recursos públicos); peculato; corrupção, CP 317 e 333.

GRCF (grupo responsável pela repressão de crimes financeiros): evasão de divisas; Lavagem de dinheiro e Crimes financeiros; fraude no financiamento para aquisição de veículos, imóveis, material de construção (Construcard).

DELEPAT: Art. 155 e 157 do CP; peculato-furto; tráfico de armas; sequestro; explosão de caixas eletrônicos; assalto a bancos; receptação.

DELEMIG: Falsificação de passaporte por estrangeiro; crimes contra a segurança aeroportuária; acidentes aéreos; crimes cometidos a bordo de aeronave; crimes perpetrados nas instalações do aeroporto, exceto os de atribuição da DRE.

DELINST: Homicídios; crimes eleitorais; trabalho escravo; invasão de terras públicas (sem-terra); tráfico de seres humanos; povos indígenas; crimes de ódio na internet. A DELINST também mantém concentrados em uma única autoridade policial os inquéritos para apurar crimes de pedofilia.

DELEPREV: crimes previdenciários (INSS): fraudes em benefícios; apropriação indébita e sonegação previdenciárias (folha de pagamento, contribuição previdenciária).

DELEMAPH: Crimes ambientais (Lei 9605/98); parcelamento irregular do solo c/c c. ambientais; contra o patrimônio histórico.

DRE: tráfico de entorpecentes e lavagem de dinheiro relacionado ao tráfico.

DELEFAZ:

Grupo de Repressão ao Contrabando – GRAC

Grupo de Repressão à Sonegação – GAS

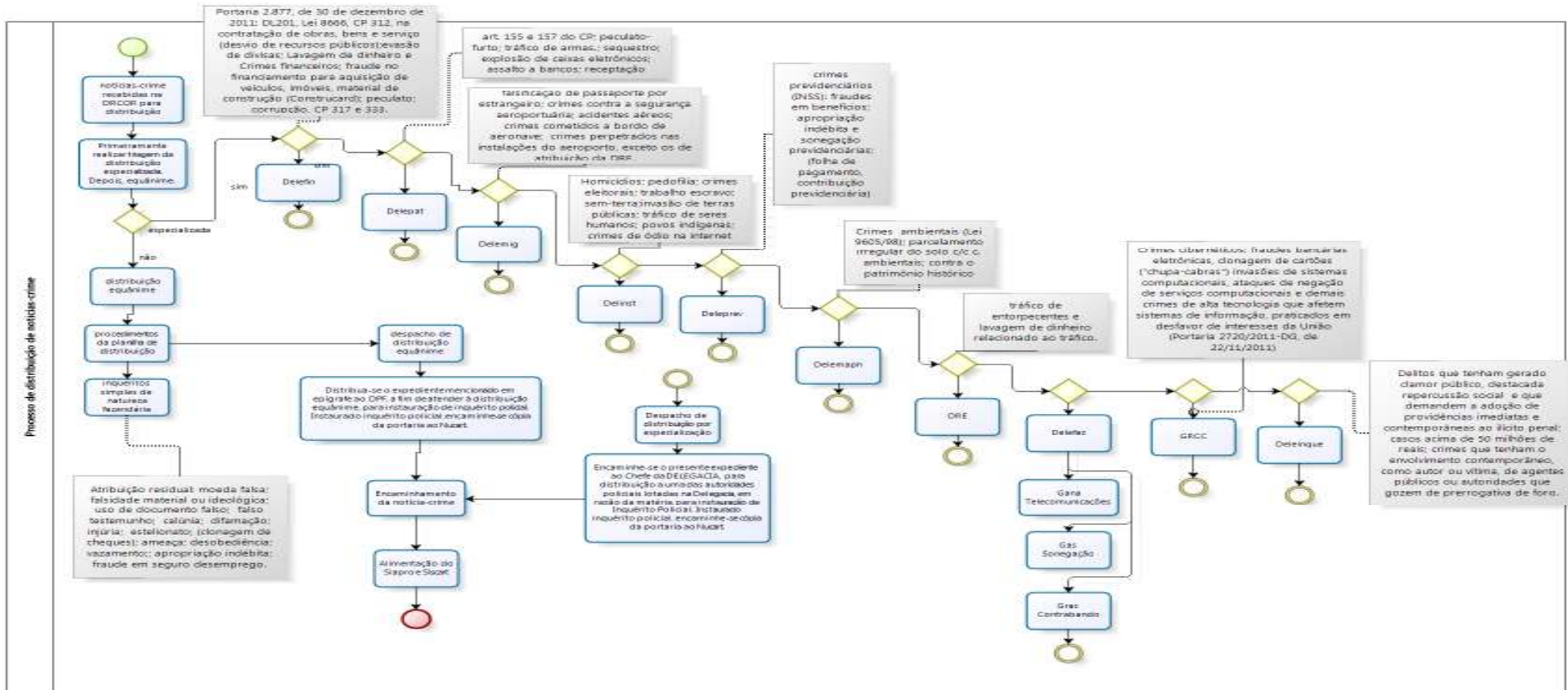
Grupo de Repressão aos crimes contra as telecomunicações – GANA

GRCC: Crimes cibernéticos: fraudes bancárias eletrônicas, clonagem de cartões ("chupa-cabras") invasões de sistemas computacionais, ataques de negação de serviços computacionais e demais crimes de alta tecnologia que afetem sistemas de informação, praticados em desfavor de interesses da União (Portaria 2720/2011-DG, de 22/11/2011).

DELEINQUE: Delitos que tenham gerado clamor público, destacada repercussão social e que demandem a adoção de providências imediatas e contemporâneas ao ilícito penal; crimes que tenham o envolvimento contemporâneo, como autor ou vítima, de agentes públicos ou autoridades que gozem de foro especial por prerrogativa de função.

Em suma, as atribuições acima mencionadas estão ilustradas no fluxograma:





Fluxograma 01 – Notícia-Crime

Coordenação das investigações

A Secretaria DRCOR alimenta a base de dados Cintepol DRCOR\_SRDF.

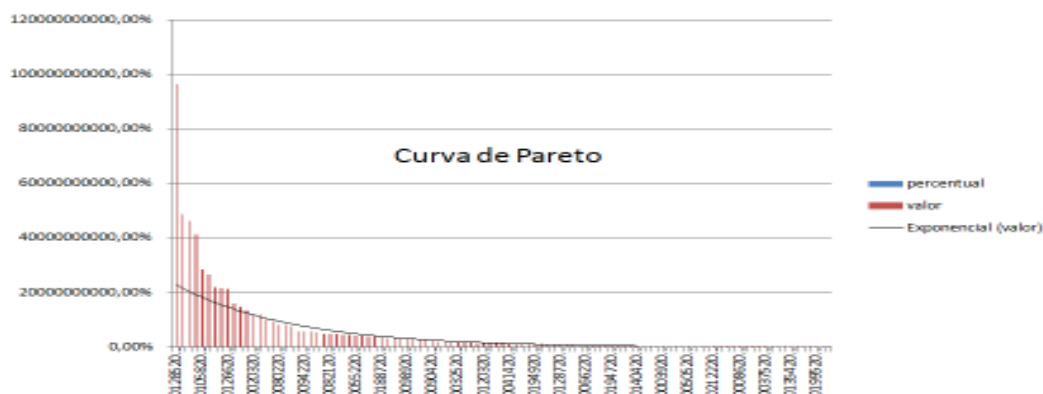
A alimentação dá-se segundo os seguintes critérios:

São cadastrados na base referida os IPLs que representam 80% dos valores sob investigação na SRDF, como entidade procedimento. Atualmente são 23 apuratórios ao todo.

Gráfico 7 – Aspectos Operacionais

## Aspectos operacionais

Definição de prioridades, de acordo com o valor do dano ao erário ou equivalente  
(5ª diretriz do Memo. 180/2012-DICOR/DPF – seletividade)



Dano ao erário total: 5,900 bi.  
23 IPLs representam 80% desse valor, ou seja, 4,800 bi

Realizado o filtro, faz-se os vínculos entre os IPLS (entidades procedimentos), investigados e indiciados.

A alimentação fornece os seguintes dados ao campo “Histórico”: autoridade policial responsável; laudo pericial; resultado do exame pericial; indiciamentos; relatório parcial; linha de investigação; relatório final; apreensão ou sequestro de bens.

As conclusões obtidas com os cruzamentos de dados estão sendo encaminhados às delegacias competentes.

Com a providência busca produzir conhecimento estratégico para a conclusão das investigações ainda em curso.

RIF – Relatório de Inteligência Financeira

Os RIFs recebidos pela DRCOR sofrem o seguinte tratamento. Procede-se à consulta das pessoas mencionadas no RIF no SISCART. E então vincula-se na base Cintepol DRCOR\_SRDF o RIF às pessoas e procedimentos (IPLs) obtidos na consulta.

SEI - Sistema eletrônico de intercâmbio

Cumprir destacar a importância da retroalimentação do sistema. O COAF para produção dos RIFs obtém informações com as comunicações de operações atípicas, informações de imóveis do DOI e também do SEI – Sistema eletrônico de intercâmbio.

Exsurge a importância de intercâmbio perene de informações obtidas nos inquéritos policiais. Para alimentação do SEI, exige-se número procedimento investigatório, resumo dos fatos e supostos autores.

É papel da DRCOR e suas delegacias vinculadas o cadastro de SEI das principais investigações concluídas para retroalimentação do COAF. A medida visa o fortalecimento da inteligência financeira da SRDF.

A alimentação do SEI deve ser realizada com o relatório conclusivo de IPL que apurou crimes de sonegação fiscal e previdenciária, desvio de recursos públicos, corrupção, lavagem de dinheiro e fraudes licitatórias.

## Descapitalização

Concluídas as investigações e realizados os indiciamentos, a autoridade policial sempre que possível promoverá o bloqueio e sequestro dos bens dos investigados até o montante do resultado criminoso.

Foi a partir de referido procedimento que se obteve os números mencionados no tópico “Conclusão” abaixo, com o sequestro e indisponibilidade de bens dos investigados de cerca de 89 milhões de reais em bens móveis e imóveis. Com esse resultado a SRDF superou em 1960% os números de 2011.

Frise-se que muito contribuíram para o resultado as Operações Monte Carlo e Perfídia, as operações de repressão ao tráfico promovidas pela DRE e operações de repressão ao contrabando promovidas pela DELEFAZ.

Quanto à Operação Monte Carlo, as medidas foram implementadas pelo MPF junto à Justiça Federal da Seção Judiciária de Goiás, a partir de minucioso levantamento realizado pela equipe de policiais federais da SRDF responsáveis pela investigação.

Atualmente, não mais se exige para o sequestro do CPP a vinculação entre o bem e o proveito do ilícito, em virtude da expressão hoje utilizada “valores equivalentes”. Vejamos:

*Art. 4o O art. 91 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 1o e 2o:*

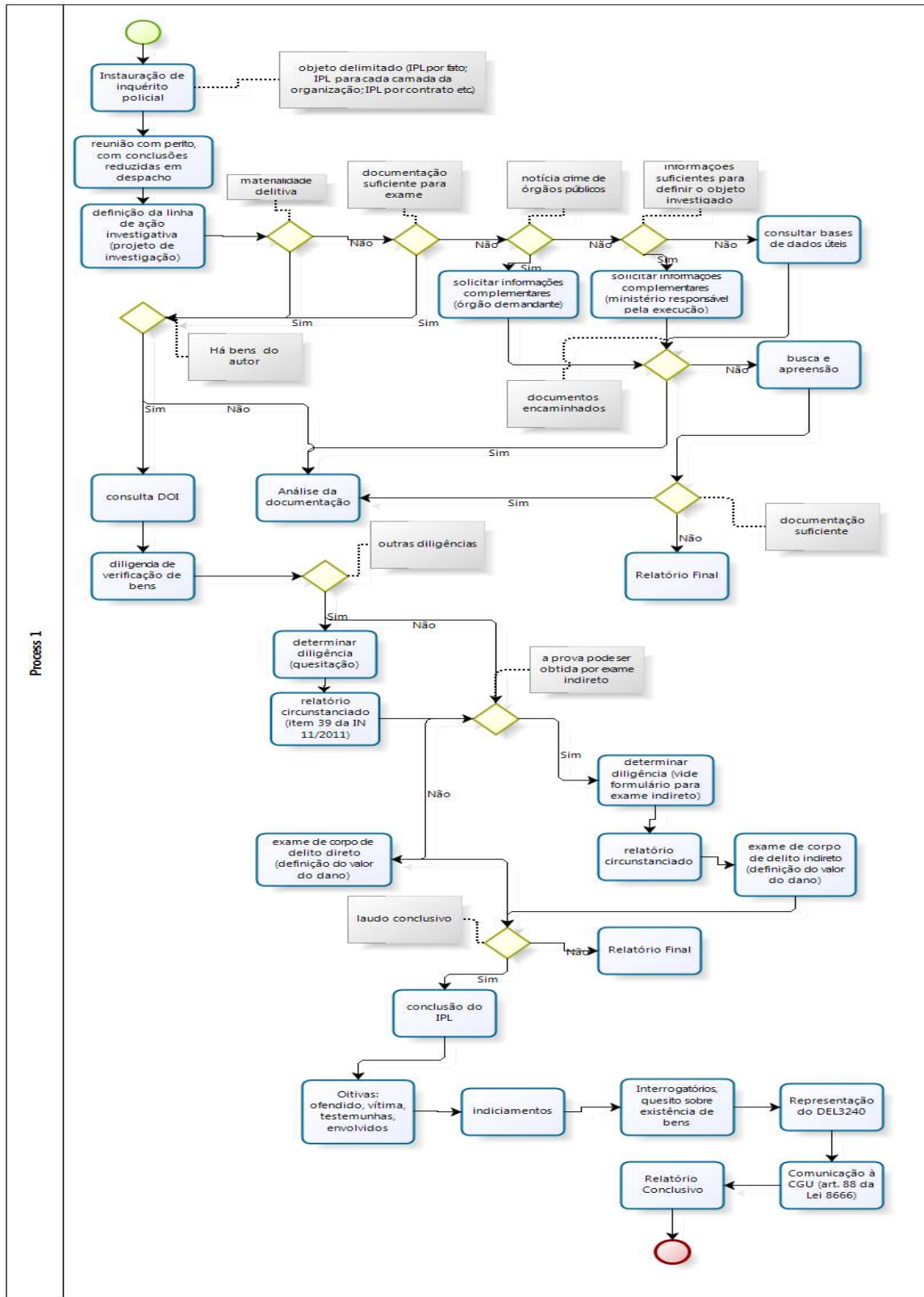
*“Art. 91. ....*

*§ 1º Poderá ser decretada a perda de bens ou valores equivalentes ao produto ou proveito do crime quando estes não forem encontrados ou quando se localizarem no exterior.*

*§ 2º Na hipótese do § 1o, as medidas assecuratórias previstas na legislação processual poderão abranger bens ou valores equivalentes do investigado ou acusado para posterior decretação de perda.” (NR)*

Após confirmada a existência de valores em contas bancárias ou bens móveis ou imóveis em nome do indiciado, ao concluir o inquérito policial ou no momento que entender mais oportuno, o delegado de polícia federal formula representação policial para sequestro dos bens do causador do dano, na forma do art. 2º, caput, do Decreto-lei nº 3.240/41.

Segue fluxograma de roteiro básico de investigação criminal com as medidas de bloqueio de bens representadas ao final.



Fluxograma 02 – Inquérito Policial

Além das medidas mencionadas acima, em havendo fato definido como lavagem de dinheiro, a autoridade policial também poderá adotar as providências previstas no art. 4º Lei 9.613/98, com a redação da Lei 12.683/2012.

Nos delitos de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, há inversão do ônus da prova, cabendo ao proprietário provar que o patrimônio é lícito (v. g. art. 4o, § 2o da Lei nº 9.613/98). Há quem defenda também a irrecorribilidade das medidas assecuratórias de bens, por não constar no rol das 24 hipóteses de recurso do art. 581 do CPP. Seriam atacadas somente por mandado de segurança, que exige prova pré-constituída.

Destarte muito importante a fixação do valor sob investigação no inquérito. Dá ensejo à investigação patrimonial e às medidas assecuratórias, atribui-se valor monetário ao trabalho da Polícia Federal.

Sempre que possível a autoridade policial deve registrar por meio de relatório circunstanciado no inquérito policial os valores dos bens levantados, com os dados obtidos no BVP e BIC, bem como a partir de consultas à tabela FIPE no caso de veículos e, no caso de imóveis, classificados e sites especializados.

Efetivadas as medidas de sequestro e indisponibilidade de bens, as delegacias devem informar em planilha encaminhada à DRCOR os resultados obtidos.

#### Conclusão

Houve uma maior atenção com a descapitalização das organizações criminosas, conforme diretriz da DICOR (6ª Diretriz do Memo. 180/2012-DICOR). Desta feita, atingimos as metas estabelecidas no início de 2012, qual seja superar as apreensões e sequestro de bens e valores realizados em 2011 em 5%. A partir dos valores apresentados acima, verifica-se que a SRDF superou em 1960% os valores de bens apreendidos e indisponibilizados em 2011, nada obstante os bloqueios de bens em 2011 já tenham sido bastante significativos.

A SRDF reestruturou a DELEFIN a fim de abarcar suas novas atribuições. A Delegacia passou de 10 Policiais, entre DPF, EPF e APF, para 22 policiais, sendo 6 DPF, 6 EPF e 10 APF.

Também foi criada e estruturada a DELEINQUE, responsável pelos inquéritos especiais.

Essas duas estruturas são atualmente responsáveis pelo combate à corrupção, desvio de recursos públicos e inquéritos especiais que demandam rápida solução. Desse modo a DELEFAZ pode cuidar prioritariamente do combate ao contrabando e à sonegação fiscal, aumentando desta forma a eficiência à repressão a esses crimes.

Também foi criada no final de 2012 a UTRAER, unidade de repressão ao tráfico de drogas em voos operados pelo Aeroporto Internacional JK, a qual já apresenta bons resultados.

Por fim, destaca-se também o incremento no número de buscas, prisões e indiciamentos formalizados nos inquéritos policiais que tramitaram nesta SRDF. A circunstância indica uma elevação da atividade operacional bem como é um indicativo de que as investigações policiais conduzidas chegaram aos autores dos fatos criminosos apurados nesta SRDF.

### **12.1.2 – Atividades operacionais e de polícia administrativa desenvolvidas pela Delegacia Regional de Executiva - DREX/SR/DPF/DF e delegacias vinculadas.**

#### **a) Núcleo de Operações – NO/DREX/SR/DPF/DF**

- 38(trinta e oito) mandados de prisão cumpridos
- 78(setenta e oito) ações de pronto emprego
- 41(quarenta e uma) conduções coercitivas cumpridas
- 38(trinta e oito) operações de escolta de presos
- 4(quatro) operações de transferência interestaduais de presos
- 19(dezenove) operações policiais diversas

#### **b) Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos - DELEAQ**

Quadro 36 - ESTATÍSTICAS DELEAQ/DREX/SR/DPF/DF 2012

2012	Portes Deferidos	Portes indeferidos*	Registros emitidos	Cadastramento de armas	Armas Apreendidas	Armas furtadas	Armas recuperadas	Armas Apostiladas no exército	Armas encaminhadas ao SFPC	Armas transferidas	Autorizações de Compra	Guia de Trânsito	Campanha do desarmamento **
Janeiro	2	1	4.757	237	152	17	3	6	0	3	2	64	8.484
Fevereiro	0	9	882	1	136	15	4	8	732	60	2	39	605
Março	7	13	662	370	583	54	4	3	344	10	10	53	6
Abril	0	9	659	19	173	16	1	8	0	10	17	49	6.996
Maiο	5	9	845	11	611	15	2	19	2	18	7	52	3.032
Junho	5	4	465	139	1.578	11	0	8	2	21	8	47	0
Julho	3	6	1.622	58	180	38	2	15	0	13	7	47	1
Agosto	5	6	391	4	202	8	0	11	0	8	3	10	903
Setembro	4	7	1.788	3	37	50	1	3	0	31	10	42	0
Outubro	1	4	2.822	10	184	18	7	26	6.237	52	13	29	7.931
novembro	3	0	739	2	90	11	4	20	131	31	5	23	4.013
dezembro	0	0	533	4	192	10	399	12	251	16	10	23	2.733
<b>TOTAL</b>	<b>35</b>	<b>68</b>	<b>16.165</b>	<b>858</b>	<b>4.118</b>	<b>263</b>	<b>427</b>	<b>139</b>	<b>7.699</b>	<b>273</b>	<b>94</b>	<b>478</b>	<b>34.704</b>

\* **PORTES INDEFERIDOS:** Não há precisão nestes dados, pois na maioria das vezes o processo fica pendente de saneamento de alguma irregularidade que o interessado não conclui.

\*\* **CAMPANHA DO DESARMAMENTO:** Os lançamentos dos recebimentos de armas da Campanha do Desarmamento de todo o Brasil são feitos em Brasília, e, opcionalmente escolhem a SR/DPF/DF para efetuarem estes lançamentos, portanto, os valores desta coluna não representam fielmente a quantidade de armas entregues pelos cidadãos no Distrito Federal.

c) Delegacia de Polícia de Imigração – DELEMIG/DREX/SR/DPF/DF

Quadro 37 - ESTATÍSTICAS DELEMIG/DREX/SR/DPF/DF 2012

	Prisão Preventiva	Prisão Temporária	MBA	Prisão em Flagrante	Apreensões	Deportações	Expulsões	Repatriações	Extradições	Passaportes Expedidos	Entrada de brasileiros	Saída de Brasileiros	Entrada de estrangeiros	Saída de estrangeiros	Desembarque condicional	Translado de cadáveres
jan/2012	0	0	0	0	0	1	0	0	0	7.463	21.942	19.437	5.301	5.305	0	1
fev/2012	0	0	0	2	2	0	0	0	0	6.277	17.059	19.109	5.288	4.575	0	0
mar/2012	0	0	0	2	2	0	0	2	0	8.164	15.729	15.650	5.989	5.713	0	2
abr/2012	0	0	0	1	1	1	0	3	1	6.108	16.413	16.858	5.408	5.248	0	4
mai/2012	0	0	0	8	8	1	0	7	0	7.519	18.572	17.041	4.934	4.536	0	3
jun/2012	0	0	0	2	3	1	0	3	0	6.099	17.482	17.070	5.487	5.528	0	1
jul/2012	0	0	0	1	1	0	0	1	0	6.863	21.419	21.192	6.376	5.610	0	2
ago/2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3.531	17.377	16.952	6.082	6.073	1	3
set/2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5.801	17.780	19.259	4.720	5.006	0	0
out/2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6.700	19.429	18.243	5.501	4.701	0	5
nov/2012	0	0	0	0	0	0	0	2	0	5.152	17.906	15.794	5.546	5.403	0	5
dez/2012	0	0	0	2	1	0	0	1	0	5.034	16.704	21.501	5.906	5.497	0	1
<b>TOTAL</b>	0	0	0	18	18	4	0	19	1	74.711	217.812	218.106	66.538	63.195	1	27

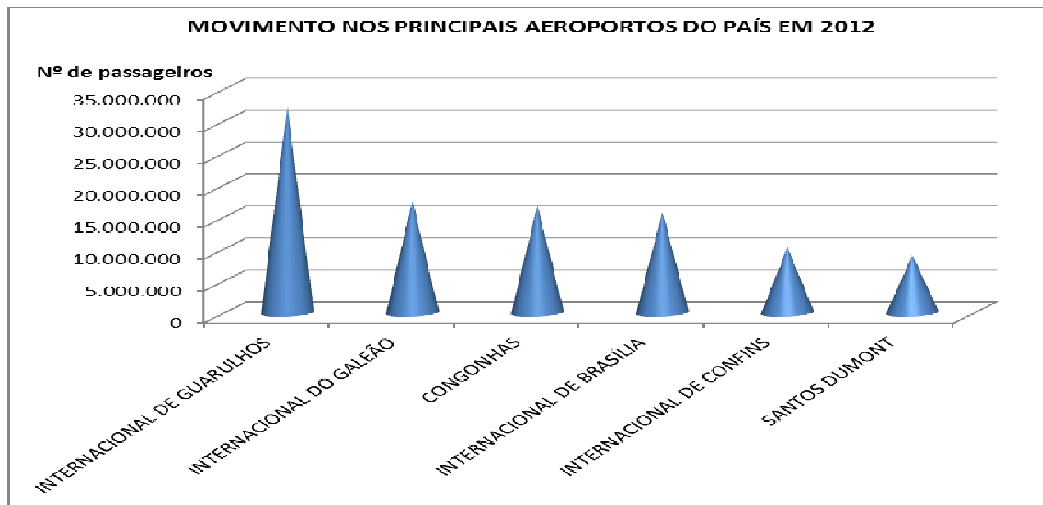
Número de OMs expedidas em 2012: **555** (média de 46,25 por mês ou 1,54 por dia)

Dados do Núcleo de Registro de Estrangeiros: aproximadamente 11.000(onze mil) estrangeiros atendidos.

O trabalho de polícia judiciária desenvolvido pela Delegacia de Imigração realizou uma série de prisões e apreensões de substâncias entorpecentes no Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, como pode ser observado logo abaixo:

O Aeroporto Internacional de Brasília figurou como o 4º aeroporto com maior movimento de passageiros, totalizando 14.533.816 (quatorze milhões, quinhentos e trinta e três mil e oitocentos e dezesseis) passageiros, tendo ficado em primeiro, segundo e terceiro lugares, os Aeroportos de Guarulhos, Galeão e Congonhas, localizados no Estado de São Paulo, respectivamente:

Gráfico 8 – Movimento aeroportos comparativos



FONTE : INFRAERO – AEROPORTOS

Sup. de Planejamento Aeroportuário e de Operações – DOPL , movimento Operacional da REDE INFRAERO de Janeiro a Novembro de 2012

#### ATIVIDADES BÁSICAS DESENVOLVIDAS PELA DELEMIG/SR/DPF/DF - 2012

Supervisão e execução de procedimentos de segurança em áreas restritas e áreas de embarque do aeroporto

Ações de monitoramento, detecção e apreensão de substâncias ilícitas transportadas em vôos que se originam ou se destinam a este aeroporto, notadamente entorpecentes e/ou seus derivados, bem como materiais explosivos ou corrosivos que apresentem risco à segurança da aviação civil e da população

Detenção de indivíduos procurados pela Justiça e/ou em flagrante delito, bem como averiguação junto a indivíduos em conduta suspeita nas dependências do aeroporto, e adoção de providências pertinentes

Controle de embarque de passageiros portadores de armas de fogo, e fornecimento de orientações acerca dos procedimentos para desmuniamento das armas

Controle de credenciamento e de acesso às áreas restritas do aeroporto

Inspeção e acompanhamento do lacre de urnas funerárias a serem transportadas em vôos que partem desse aeroporto

Ações de contenção de tumultos e manutenção da ordem em áreas comuns, áreas restritas e/ou no interior das aeronaves

Acompanhar embarque/desembarque de detentos que passam por este aeroporto

Atendimento a vôos internacionais (chegadas e partidas) de caráter oficial na Base Aérea de Brasília, cuja frequência também vem se elevando ao longo dos últimos anos

Atendimento a vôos internacionais (chegadas e partidas) por meio de aeronaves particulares e/ou de pequeno porte no “Terminal 2” do aeroporto, cuja frequência também vem se elevando ao longo dos últimos anos, atualmente descoberto por absoluta falta de efetivo

Acompanhamento de operações de embarque de valores provenientes do Banco Central nos hangares do aeroporto

Apoio a outras unidades funcionais dessa descentralizada, em termos de fornecimento de informações, credenciamento de acesso e/ou participação em ações conjuntas

Atendimento ao público em geral, entre outras atribuições e atuações comuns no ambiente aeroportuário

Outros atendimentos de naturezas diversas



A emissão de aproximadamente 75.000 passaportes

Repatriações e expulsões de estrangeiros

### 12.1.3 – Atividades operacionais de outras unidades da SR/DPF/DF.

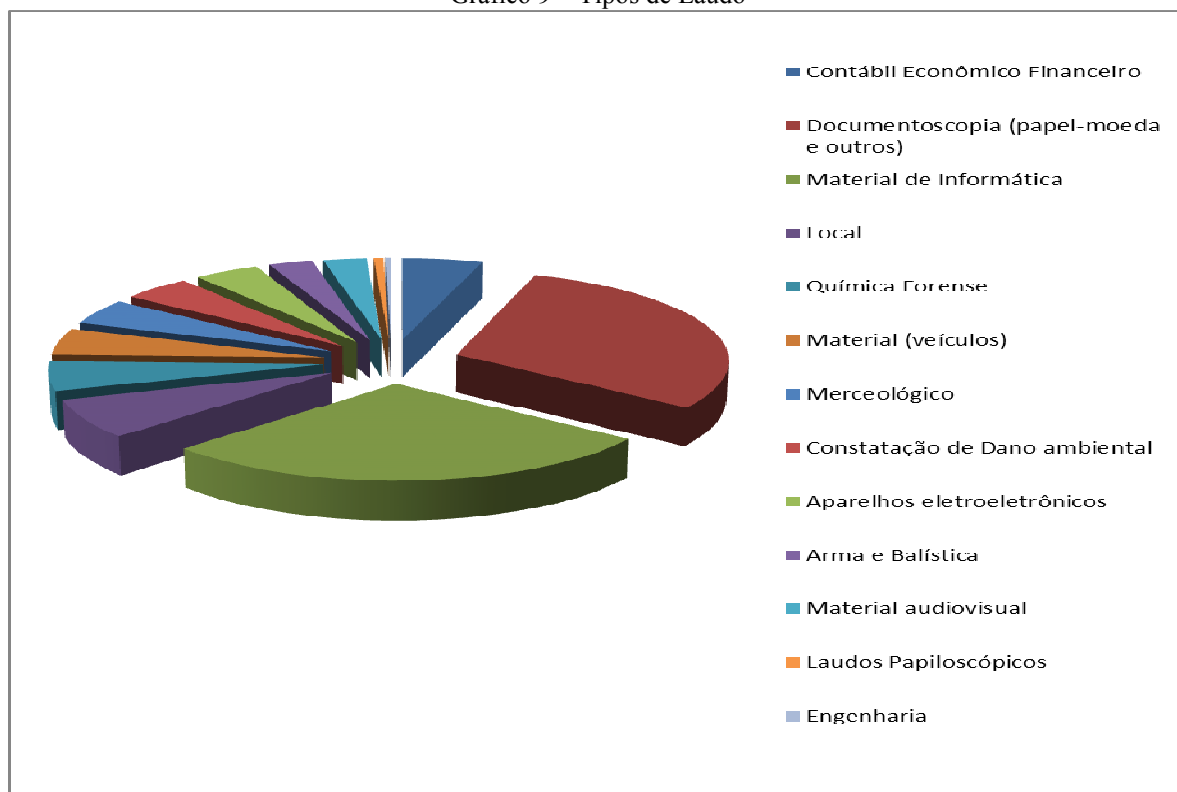
#### a) Setor Técnico Científico – SETEC/SR/DPF/DF

Quadro 38 - ESTATÍSTICAS SETEC/SR/DPF/DF 2012

ATIVIDADES		
TIPO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
TÉCNICO- ADMINISTRATIVA	Informação	153
	Laudo	1450
	TOTAL	1603
POLICIAL	Chamada por suspeita de artefato explosivo	04
	Chamada por suspeita de bioterrorismo	00
	Ocorrência	76
	Varredura	56
	TOTAL	136

TIPOS DE LAUDO – SETEC/SR/DPF/DF	QUANTIDADE - 2012
Contábil Econômico Financeiro	74
Arma e Balística	40
Documentoscopia (papel-moeda e outros)	432
Merceológico	67
Química Forense	77
Medicina e Odontologia Forense	00
Engenharia	05
Aparelhos eletroeletrônicos	60
Local	103
Material de Informática	409
Material audiovisual	40
Constatação de Dano ambiental	64
Material (veículos)	70
Laudos Papiloscópicos	09
<b>TOTAL</b>	<b>1450</b>

Gráfico 9 – Tipos de Laudo



**b) Núcleo de Inteligência – NIP/SR/DPF/DF**

Compete ao Núcleo de Inteligência Policial da Superintendência Regional do Distrito Federal, executar as atividades de inteligência em assuntos de interesse da SR/DPF/DF, apoiando as solicitações das demais delegacias, bem como, compilar, controlar e analisar dados, submetendo-os à apreciação do Superintendente Regional para deliberação.

Inúmeras pesquisas são realizadas semanalmente em apoio às demais delegacias, em virtude dos acessos a bases de dados de inteligência de que dispõe o setor. Também são realizados inúmeros atendimentos de localização de nacionais a pedido de Varas estaduais, federais e do TJDF, em processo de cunho cível e criminal.

Seguem alguns dados de cunho administrativo e policial:

TIPO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
ADMINISTRATIVA	Pedidos de Inteligência	12
	Informações Policiais	20
	Relatórios de Inteligência	11
	Pedidos de Senhas	456
POLICIAL	Operações em Andamento	00
	Operações realizadas	01
	Investigação Social	95

**c) Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI/SR/DPF/DF**

Dentre as atividades que são executadas pelo quadro de pessoal do Núcleo de Tecnologia da Informação citam-se as seguintes:

### **PROJETOS REALIZADOS**

Apoio na área de telecomunicação às equipes policiais;  
Apoio à mudança e instalação de computadores com a finalização das obras da SRDF;  
Participação em programas de apoio aos estudantes concedendo estágio neste NTI conforme contrato estabelecido por esta Descentralizada e o CIEE;  
Backup de dados do servidor de arquivos realizado com apoio da CGTI.  
Fiscalização do contrato dos digitadores e telefonia da SRDF.  
Implantação do sistema SIGEPOL.  
Implantação do SIGEPOL na custódia da Papuda.  
Migração do domínio da SRDF para o domínio centralizado da PF.  
Apoio à criação da Unidade de Repressão a Entorpecentes do Aeroporto.  
Migração do servidor de arquivos para o ambiente controlado da CGTI com recursos de backup, auditoria e monitoração de uso.

### **PROJETOS EM ANDAMENTO**

Além dos projetos já concluídos, alguns foram iniciados, mas ainda estão em curso, tal como: (pesquisa, reformulação da rede de computadores do aeroporto)  
Reformulação da rede de computadores da DELEMIG localizada no Aeroporto Internacional de Brasília;  
Apoio a Comissão Levantamento de Materiais Permanente e Desfazimento de Bens, sendo o primeiro setor receber a Comissão;  
Estruturação do NUTEL para a participação em missões policiais prestando apoio no serviço de telecomunicação;

<b>EQUIAMENTOS DE INFORMÁTICA DA SR/DPF/DF</b>			
<b>SETOR</b>	<b>DESKTOPS</b>	<b>NOTEBOOKS</b>	<b>IMPRESSORAS</b>
COR/NUCOR/NUDIS	21	4	1
DELEAQ	10	2	
DELESP	15	3	2
DELINST	14	2	1
DELEMIG	28	8	8
DELEMAPH	11		
DELEPAT	11	8	
DELEFAZ	45	4	2
DELEFIN	16	4	4
DELEPREV	20	3	3
DRE	21	3	
DRCOR	9	3	
NUCART	9	4	3
DREX	31	1	1
NAD	15		9
NEOF	4		
NIP	38	6	2
NSD	7	1	
NTI	6	10	0
SELOG	18	4	1
SRH	9	1	
SETEC	49	12	8
GAB	8	1	1
Total	415	84	46

**d) Setor de Comunicação Social – SCS/GAB/SR/DPF/DF**

O Setor de Comunicação Social desta SR/DPF/DF exerceu diversas atividades no decorrer do ano de 2012. Prestou todo e qualquer atendimento solicitado pela imprensa local e nacional, realização de várias divulgações das operações efetuadas por esta SR junto a mídia local e nacional, fez várias palestras em escolas públicas do DF e Entorno alusiva ao combate e ao uso de drogas lícitas e ilícitas, realizou ato cívico de hasteamento de bandeiras trimestral com a presença de toda corporação, “conforme IN nº 011/2008 de 30/10/2008”, alimentação do sistema intranet com informações e divulgações de interesse das delegacias, setores e núcleos, armazenamentos de matérias jornalísticas de todas operações efetuadas pelas delegacias, acompanhamento da Superintendente Regional em várias solenidades de posse, inaugurações, condecorações e eventos sociais, organização e preparação de todo trabalho jornalísticos junto aos chefes de delegacias em coletivas com a imprensa, organizou várias feiras de saúde junto às entidades de classes para dar uma melhor qualidade de vida à todos servidores e funcionários, suporte logístico à outras descentralizadas quanto solicitado, participou de vários encontros de comunicadores sociais do DPF e de outros órgãos, participou no desfile do dia 7 de setembro, participou de estudos de capacitação nas áreas de comunicação social, modernizou o setor com novos equipamentos de áudio e vídeo, confeccionou banners com o logotipo da SR/DF, realizou vários serviços de relações públicas internas e externas, e por final realizou também vários eventos de confraternização com todos servidores e funcionários tais como aniversários, premiações e etc. Não deixando de destacar a valiosa colaboração e participação da Superintendente Regional da SR/DF.

Dessa forma a Comunicação Social trabalha não só para mostrar a sociedade os serviços e a grande importância da Polícia Federal, mas também para dar aos funcionários e servidores uma melhor qualidade de trabalho e lazer,

**e) T&d – Treinamento e Capacitação**

Quadro 40 - Ações de capacitação realizadas na Unidade em 2012

<b>CURSO</b>	<b>ÁREA DE ATUAÇÃO</b>	<b>Nº SERVIDORES BENEFICIADOS</b>	<b>PERÍODO</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
<b>Conferência Internacional CBRNe South América</b>	Fim	05	13 e 14 março	6.300,00
<b>7º Congresso Brasileiro de Pregoeiros</b>	Apoio administrativo	01	19 a 22 março	2.985,00
<b>Seminário: OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA</b>	Apoio administrativo	01	26 a 28 março	2.780,00
<b>Mudança de Categoria de CNH “D”</b>	Fim	06	Out. a Dez.	1.980,00
<b>SRP WEEK –Semana Nacional de Estudos Sobre Registro de Preços</b>	Apoio administrativo	02	22 a 26 outubro	5.373,00
<b>A Planilha de Formação dos Preços da IN nº 02/08 com as Alterações da Portaria Nº 07/11 para a Contratação dos Serviços Contínuos *</b>	Apoio administrativo	03	03 a 05 dezembro	9.270,00
<b>II CURSO DE INGLÊS DA ANP **</b>	Apoio administrativo	38	27 fev a 20 julho	-----
<b>24º CICLO SENASP ***</b>	Fim / Apoio administrativo	103	26 jan a 24 abril	-----
<b>25º CICLO SENASP***</b>	Fim / Apoio administrativo	169	10 mai a 31 julho	-----
<b>26º CICLO SENASP***</b>	Fim / Apoio administrativo	168	16 ago a 13 novembro	-----
<b>II Treinamento em Procedimentos Disciplinares da SR/DPF/DF**</b>	Apoio administrativo	23	06 a 09 março	-----
<b>SISCART****</b>	Fim administrativo	28	27 jun a 04 julho	-----
<b>SIGEPOL****</b>	Fim/Apoio administrativo	67	04 e 05 ma	-----

\* Este curso não foi executado devido a motivos desconhecidos pela Equipe de T&D.

\*\* Estes cursos foram custeados pela Academia Nacional de Polícia – ANP.

\*\*\*Cursos realizados pela Senasp/ANP e custeados, no âmbito do DPF, pela ANP.

\*\*\*\* Estes cursos não geraram custos, contamos com instrutores voluntários.

Diante do exposto no presente Relatório, pode-se concluir que a SR/DPF/DF atuou, no exercício de 2012, em consonância aos objetivos traçados para o período, observando os princípios e regras que disciplinam os atos de gestão da administração pública federal, atingindo a finalidade propugnada pelos programas de governo.

**SILVANA HELENA VIEIRA BORGES**

Delegada de Polícia Federal

Superintendente Regional

SR/DPF/DF